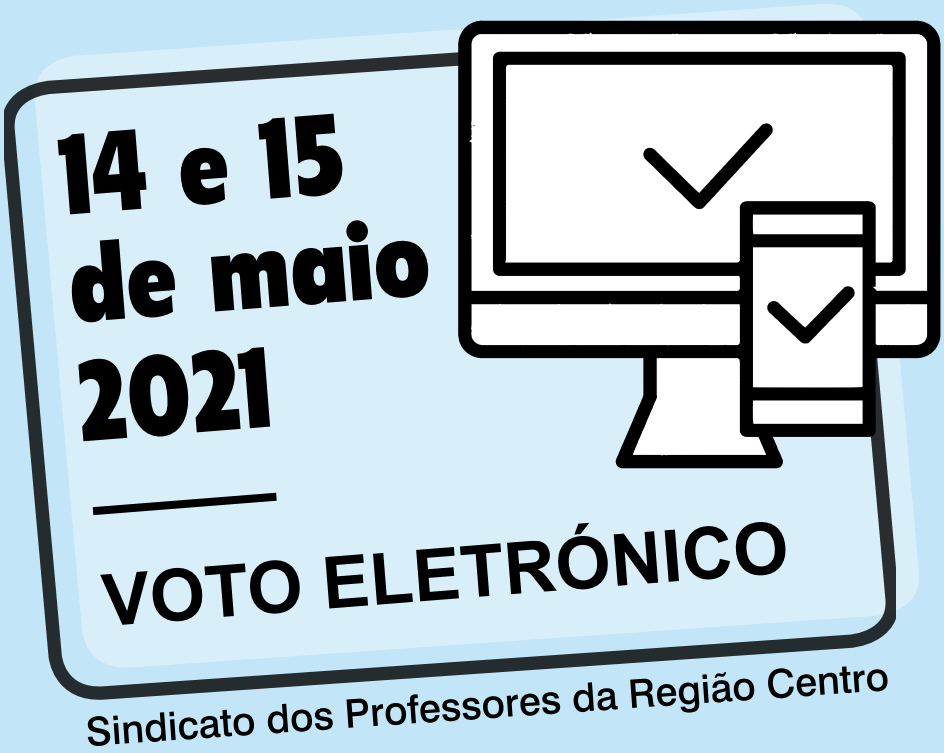
nº 189 • ano 37 • maio 2021 • distribuição gratuita aos sócios do sprc

RCI Região Centro Informação



ELEIÇÕES DOS CORPOS GERENTES DO SPRC

TRIÉNIO 2021/24

DIREÇÃO REGIONAL/MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

DIREÇÕES DISTRITAIS

COMISSÃO FISCALIZADORA E REGULADORA DE CONFLITOS

Em 14 e 15 de maio

O VOTO PARA OS CORPOS GERENTES DO SPRC É ELETRÓNICO

Como fazer?

Pág. 8

Sindicato dos Professores da Região Centro

Rua Lourenço Almeida de Azevedo, 21
Apartado 1020 – 3001-552 Coimbra
Telef.: 239 851 660
FAX: 239 851 666
E-Mail: sprc@sprc.pt
www.sprc.pt

Ficha Técnica
Região Centro Informação
Registo de Propriedade n.º 217964
Propriedade do Sindicato dos Professores da Região Centro
Rua Lourenço de Almeida Azevedo, 21
Apartado 1020 – 3001-552 Coimbra
Diretor – Mário Nogueira
Chefe de Redação – Luís Lobo
Conselho de Redação:
Francisco Almeida, Marta Ferreira, José Pinto, Nelson Delgado, Vitor Januário, Cruz Marques
Grafismo e Ilustração – Tiago Madeira
Composição e Paginação – SPRC
Periodicidade – Mensal
Tiragem – 11.500 exemplares
Impressão, Embalagem e Expedição – MULTIPONTO, SA
Redação e Administração – Rua Lourenço Almeida de Azevedo, 21
Fotografias – Arquivo SPRC

Registo de Publicação n.º 117965
Depósito Legal n.º 228/84

DIRECÇÕES DISTRITAIS

Aveiro
R. de Angola, 42, Loja B
Urbanização Forca-Vouga
3800-008 Aveiro
Tel.: 234 420 775 | Fax: 234 424 165
aveiro@sprc.pt

Covilhã
R João Alves da Silva, nº 3 - 1.º Dt.º,
6200-118 Covilhã
Tel.: 275 322 387 | Fax: 275 313 018
covilha@sprc.pt

Coimbra
Prç da República, 28 - 1.º,
3001-552 Coimbra
Tel.: 239 851 660 | Fax: 239 851 668
916 144 986 • 966 778 321
934 438 660
coimbra@sprc.pt

Guarda
R Vasco da Gama, 12 - 2.º,
6300-772 Guarda
Tel.: 271 213 801 | Fax: 271 094 077
guarda@sprc.pt

Leiria
Rua dos Mártires, 26 – R/C Drtº
2400-186 Leiria
Tel.: 244 815 702 | Fax: 244 812 126
leiria@sprc.pt

Viseu
Avª Alberto Sampaio, 84 – 3510-027
Tel.: 232 420 320 | Fax: 232 420 329
961 533 210 • 916 147 001 • 938 527 783
viseu@sprc.pt

DELEGAÇÕES

Castelo Branco
R. Pedro Fonseca, 10 - L,
6000-257 Castelo Branco
Tel.: 272 343 224 | Fax: 272 322 077
castelobranco@sprc.pt

Figueira da Foz
R. Calouste Gulbenkian, 72 A - r/c Esq.º,
3080-084 Figueira da Foz
Tel.: 233 425 417 | Fax: 233 425 417
figueiradafoz@sprc.pt

Douro Sul
R. Francisco Laranjo (Barronco),
Bloco A – Loja Esquerda,
5100-117 Lamego
Tel.: 254 613 197 | Fax: 254 619 560
lamego@sprc.pt

Seia
Lg. Marques da Silva, Edif. Camelo,
2.º Esq. Frente
6270-490 Seia
Tel.: 238 315 498 / 238 393 184
Fax: 238 393 185
seia@sprc.pt

Esclarecimento:
Os textos redigidos de acordo com o novo AO 1990, utilizam a nova ortografia por ser essa a opção dos seus autores ou a redacção original.

Aprendizagens: "Autonomia" (das escolas) não pode ser palavra vã

A discussão sobre a recuperação das aprendizagens está na ordem do dia. Algumas vozes encomendadas tentam colocar o problema refém da avaliação dos alunos, numa lógica de controlo sobre a autonomia das escolas. Porém, é de Escola e não de quaisquer outras atividades que possam ser organizadas nas comunidades que devemos falar. A ocupação dos tempos livres e a organização de actividades ocupacionais para quem não vai poder ter férias é outro problema que não deve dominar este debate.

O défice de aprendizagens não surgiu com a pandemia.

A pandemia tornou mais visíveis os problemas e agravou as desigualdades, ignorar as dificuldades anteriores à pandemia que ficaram mais evidentes com o confinamento e o ensino a distância é ignorar um problema que é estrutural do nosso sistema educativo.

É hoje muito claro o papel insubstituível da escola e dos seus professores qualificados no processo de formação dos alunos.

É fundamental a reflexão em torno de uma revisão curricular e dos programas. Estes padecem de um desajuste que tende a agravar a situação. No entanto, para fazer face à necessária recuperação das aprendizagens seria fundamental criar condições que promovessem, efetivamente, o sucesso educativo de todos os alunos, nomeadamente:

• turmas mais pequenas que permitam um ensino personalizado;

• mais professores nas escolas para coadjuvação e para agirem ao primeiro sinal de dificuldades;

• mais apoios a alunos com necessidades educativas especiais, com professores especializados a acompanhar os alunos dentro da sala de aula;

• horários pedagogicamente adequados, que permitam aos professores investir a sua energia no trabalho com os alunos, reduzindo-se a burocracia, incluindo a decorrente da avaliação sumativa e da avaliação externa;

• colocação de mais professores, aproveitando, desde já, a mobilidade interna e, depois, a contração inicial de professores, apostando na juventude e permitindo que as escolas contem com mais recursos para apoio aos alunos.

A recuperação das aprendizagens tem de ser feita de forma estruturada e assentar no projeto educativo dos agrupamentos e no trabalho de professores qualificados.

São estas as medidas que urge tomar e não outras que, entretanto, têm sido tornadas públicas. Os professores não podem, por isso, estar de acordo com:

• A possibilidade, avançada por grupo de investigadores da Universidade Nova, de que para a recuperação das aprendizagens tanto podem ser contratados professores desempregados como licenciados sem habilitação para a docência, bem como a criação das designadas "escolas de verão". No final de (mais) um ano particularmente cansativo, alunos e professores precisam das férias, não para mais aulas (penalizantes para os alunos com maiores dificuldades), mas para recuperar forças e a sua saúde mental.

• A antecipação do início do ano letivo 2021/22 para os primeiros dias de setembro. Esse é o período de que os professores dispõem para reunir e planificar o novo ano. Quem o propõe não sabe o que é uma escola.

• A fixação de um período de algumas semanas no início do ano letivo destinado à recuperação das aprendizagens, pois devem ser as escolas, com a sua autonomia, e os professores a encontrar os tempos e os espaços mais adequados ao seu contexto específico.

Soluções que têm em vista a desvalorização da carreira docente, altamente especializada, ou menosprezar a saúde mental de alunos e professores podem comprometer a qualidade da educação e o sistema educativo. Não são soluções! | ***Luís Lobo***

A pandemia tornou mais visíveis os problemas e agravou as desigualdades, ignorar as dificuldades anteriores à pandemia que ficaram mais evidentes com o confinamento e o ensino a distância é ignorar um problema que é estrutural do nosso sistema educativo.

Mário Nogueira (Coordenação do SPRC)

Lutar contra a inação de um governo que diz ser tempo de agir

Em 14 e 15 de maio, professores, educadores e investigadores que se encontram unidos através do SPRC irão eleger os dirigentes do seu Sindicato para um novo triénio.

Estas eleições têm lugar num momento muito complexo e exigente para profissionais que não têm merecido a atenção, o reconhecimento e o respeito que lhes são devidos. Eles viveram um ano difícil, cheio de inéditas e elevadas exigências, no qual responderam com o profissionalismo e a dedicação de sempre, não se poupando a esforços – pessoais, profissionais e, até, financeiros – para que o impacto do ensino remoto fosse mínimo. Infelizmente, o resultado não foi proporcional ao esforço, o que exigirá, agora, prosseguir um trabalho que passará por ajudar os alunos a recuperar de dificuldades e défices que já existiam e a pandemia agravou.

Sobre estes docentes abatem-se problemas que os governos têm deixado arrastar e o atual procura ignorar. São os milhares de "precários" que, alguns há muitos anos, vivem o desemprego, a instabilidade, muitos abusos e poucos direitos, como acontece, por exemplo, em relação à carreira, na qual estão impedidos de ingressar; são aqueles para quem o relógio dá muitas, mas muitas voltas para além daquelas que a lei admite, ocupando horas que deveriam ser suas, apenas suas, só que as da escola estiveram ocupadas, em boa parte, com tarefas burocráticas; são todos, mais de uma centena de milhar, os que veem subtraídos anos ao tempo de serviço que cumpriram, com os graves prejuízos que isso implica no enquadramento na carreira, a que acresce um "marcar passo", imposto e injusto, em dois dos seus escalões; são aqueles (mais de metade já tendo passado o meio século de vida, boa parte já sexagenária) que continuam sem se poder aposentar, pois quem lhes comeu a carne, se o fizessem, também lhes roeria os ossos… em comum, todos eles aprenderam a olhar de frente as dificuldades, procurando soluções que encontram, quase sempre, por iniciativa própria, tendo desistido de esperar que a tutela cumpra a sua obrigação.

Estas são dificuldades, quiçá, as mais abrangentes, das muitas com que a profissão docente se debate, sem que haja abertura dos governantes para negociar as adequadas soluções.

Aos problemas concretos dos professores, juntam-se os das escolas, que resultam, essencialmente, da falta de investimento na área da Educação, uma área cada vez mais dependente de fundos europeus com destino marcado, por norma, não respondendo ao que seria prioritário para o país, antes dando resposta ao que os neoliberais europeus entendem ser favorável aos seus intentos. Juntam-se, ainda, os problemas de uma sociedade ainda mais pobre e com mais problemas sociais no pós-pandemia, castigando mais os já mais castigados. Professores, Escola ou Governo não podem alhear-se destes problemas, competindo a este último garantir mais e melhores apoios sociais e também pedagógicos, no sentido de os mitigar e/ou superar.

Tudo o que atrás se afirma é válido para o ensino superior e para a investigação científica, onde precariedade, carreira, (falta de) investimento são problemas conhecidos, a que correspondem, da parte dos governantes, palavras inconsequentes em medidas; é válido para o setor público e também para o privado, incluindo o social, onde os abusos assumem ainda maior gravidade sem que os responsáveis, conhecendo-os, tomem medidas.

O papel dos professores tem um espaço privilegiado para ser desempenhado, a escola, e destinatários principais, os alunos, mas se nos limitarmos a registar as dificuldades sem identificar a origem, exigindo as necessárias soluções, não estaremos a assumir plenamente as nossas responsabilidades enquanto profissionais.

No SPRC – de forma autónoma, integrado na FENPROF, ativo no âmbito da Frente Comum ou convergindo com todos os trabalhadores nas ações promovidas pela CGTP –, professores, educadores e investigadores encontram o espaço para discutir, propor e agir porque o SPRC é uma organização responsável, solidária, corajosa e lutadora. É assim desde 22 de abril de 1982, quando foi criado; aqueles que se dispõem a assumir a direção sindical por três anos, contados a partir de 16 de maio, comprometem-se a prosseguir, respeitando a matriz sindical do SPRC.

Mural "O 25 de Abril nas Escolas", em Peniche

Inaugurada obra maior das escolas portuguesas por Abril

No 47º aniversário da Revolução do 25 de Abril de 1974, a Federação Nacional dos Professores (FENPROF) e o Município de Peniche inauguraram o Mural "O 25 de Abril nas Escolas" em frente ao Museu Nacional Resistência e Liberdade, em Peniche.

O Secretário-Geral, Mário Nogueira, na cerimónia de inauguração do Mural por Abril "25 de Abril nas Escolas", dirigiu uma especial saudação os colegas e aos alunos, para que, em seu nome, estendam a "saudação a todas as crianças e jovens que continuam da ar côr a Abril".

Este projeto foi criado pela FENPROF porque, 46 anos depois, 2020 seria um ano em que poucas iniciativas teriam lugar. A epidemia impediu que a inauguração se fizesse no tempo certo, mas não bloqueou a sua concretização.

"Este é, pois, um mural para os mais novos", referiu, "que avive a memória" e faça as devidas honras à história das nossas vidas.

Mário Nogueira defendeu que este projeto só tinha sentido se nascido das mesas das escolas, ganhando agora um lugar de honra em frente ao Museu Resistência e Liberdade, em Peniche, onde o regime fascista privou de liberdade, humilhou e torturou quem, naquele tempo cinzento, tinha a certeza de que a luta tem sentido e um dia faria vingar a justiça de uma revolução esperada.

"Estamos contentes com o trabalho realizado e vaidosos por termos tido a iniciativa de o propor e promover."

Foram várias as entidades que contribuíram para esta realização que só foi possível porque encontrámos na Câmara Municipal de Peniche entusiasmo semelhante ao nosso.

Na sua declaração inaugural, o Secretário-Geral da FENPROF foi claro a afirmar que, "acima de tudo, o que contou para estarmos aqui a celebrar Abril foi o empenho e a arte de professores e das crianças e jovens seus alunos. Sem que tivesse havido esse trabalho não teríamos Mural, tão bonito, tão intenso e tão cheio de carga simbólica. Está a cumprir-se Abril."

Esta é uma iniciativa que se tornou possível pelas muitas parcerias que se estabeleceram: **FENPROF, Município de Peniche, Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, Centro de Formação Profissional para a indústria Cerâmica (CENCAL), União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP), Associação 25 de Abril (A25A)** e, contributo fundamental, **as 46 escolas e agrupamentos de esco-**

las que participaram, criando, desenhando, pintando e cozendo os 46 painéis em azulejo com 60 centímetros de lado.

O mural ficará permanentemente exposto em frente ao Museu Nacional Liberdade e Resistência, no Forte de Peniche, com o parecer favorável da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC).

"Luís Correia Peixoto residia na casa onde agora está este mural de 15 metros com trabalhos de 46 escolas/agrupamentos de todo o país. A sua família cedeu generosamente este espaço. Luís Correia Peixoto teve a particularidade de fotografar a saída dos presos políticos da fortaleza-prisão dias após a Revolução."

"Uma maravilhosa iniciativa que vai perdurar através dos tempos e que lembra a todas as gerações o 25 de Abril. Esta iniciativa não podia existir sem os professores que entusiasmaram as crianças e jovens a trabalhar neste projeto magnífico. Tiveram de falar do que foi o fascismo, do que foi a resistência, do que era aquela país tão cinzento, e que, no dia 25, apesar de chover, nos parecia maravilhoso." – **Marília Villaverde Cabral**, União dos Resistentes Antifascistas Portugueses

"Muitos dos presentes sentem o que está hoje aqui a acontecer porque lutaram antes do 25 de Abril e outros têm lutado depois dessa data. Foi o local mais bem escolhido para termos este painel de azulejos. Damos muita importância à memória. É preciso passarmos estes testemunhos para os mais novos para que eles percebam o que foi o nosso país antes do 25 de Abril." - Presidente da Câmara Municipal de Peniche, **Henrique Bertino Batista Antunes**

"É muito simbólico que este painel tenha sido colocado em frente ao Museu da Resistência e da Liberdade. O melhor que podemos fazer para que (se perceba) o que se conquistou no dia 25 de Abril de 1974 é trabalhar com as novas gerações, é garantir que aquilo que facilmente cai no esquecimento nunca seja esquecido. Quem nasceu depois do 25 de Abril quem trabalhou na realização destes painéis nunca, nunca, nunca esqueça que houve milhares de pessoas que não puderam falar e houve milhares de pessoas que viveram a violência, a tortura e em condições absolutamente desumanas para que nós, hoje, possamos estar aqui todos juntos a dizer o que queremos dizer e a celebrar a Liberdade." – Ministra da Cultura, **Graça Fonseca**

https://web.fenprof.pt/mural-por-abril

Ao centro Pedro Rodrigues, autor do painel de azulejo da Escola Secundária do Fundão (AE do Fundão)

A Democracia não é uma conquista eterna

"Mais do que uma data, o 25 de Abril assinala o início de um processo revolucionário protagonizado pelo povo e pelos militares progressistas que realizou profundas transformações e conquistas democráticas no nosso país. Conquistaram-se liberdades e garantias, direitos políticos, económicos, sociais e culturais, afirmaram-se a soberania e a independência nacionais. Valores e princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa que representaram avanços significativos nas possibilidades de organização dos trabalhadores para a sua própria defesa, como elemento mais frágil no interior das relações laborais.Neste dia, o povo e os trabalhadores demonstram em todo o país a sua vontade em continuar a lutar contra a exploração, por melhores condições de vida e de trabalho, por uma justa distribuição da riqueza produzida, pelo avanço nos direitos, pela valorização dos trabalhadores. Este mural, pelas suas imagens, pela importância que dá à expressão artística, pelo esforço colectivo que o tornou possível, é também uma peça da afirmação de que o 25 de Abril continua vivo na nossa intervenção, no nosso pensamento, nas nossas aspirações. A democracia não é uma conquista eterna. A democracia reclama a nossa vigilância e a nossa protecção empenhada." – **Sérgio Dias Branco**, *Comissão Executiva da CGTP-IN*

22 de abril. 39 anos. Viva o SPRC!

22 de abril. Há 39 anos era formado o Sindicato dos Professores da Região Centro!

Daí para cá, o SPRC foi sempre somando sindicalizações que se foram e continuam a juntar aos muitos colegas que fizeram nascer o Sindicato.

Há alguns que, pela lei da vida, por circunstâncias várias, por interesses e opções particulares se afastaram, mas ninguém deixa de reconhecer que o SPRC contribuiu e continua a contribuir, na região e no país, para relevantíssimos progressos na condição docente em Portugal e a bater-se pela Escola Pública e pela qualidade das suas respostas. Comparar as situações dos professores e educadores antes e depois das inúmeras, difíceis mas empolgantes lutas que desenvolvemos ao longo dos tempos, em conjunto e com o SPRC, é um exercício que todos devem fazer.

Sem a persistente luta em que a força do coletivo e das suas razões foi argumento decisivo, a profissão docente continuaria hoje em patamares pouco acima da indigência material e simbólica que a caraterizaram por muito tempo. Os governos parecem querer fazer retornar a condição docente a condições de antanho, ainda que com novos matizes, o que nos convoca – ou deve convocar! – a todos para a intensificação da ação coletiva. Na região centro, docentes e investigadores podem contar com o SPRC, com a certeza de que o SPRC continuará a contar com a disponibilidade e a combatividade de docentes e investigadores.

As lutas do passado foram determinantes para valorizar, afirmar o estatuto e melhorar a situação da educação pré-escolar e dos seus profissionais, bem como dos professores dos ensinos básico e secundário ou dos que exercem funções na Educação Especial, independentemente de se encontrarem no setor público, privado ou setor social. Também a intervenção do Sindicato tem sido muito importante – muito mais do que atuações corporativas e demagógicas que vão surgindo aqui ou ali – para defender e procurar soluções para problemas que os docentes do ensino superior enfrentam ou, ainda, para, por exemplo, criar condições de superação da calamitosa precariedade laboral que, quase a eito, atinge os investigadores que o SPRC também tem como associados.

Sem a persistente luta em que a força do coletivo e das suas razões foi argumento decisivo, a profissão docente continuaria hoje em patamares pouco acima da indigência material e simbólica que a caraterizaram por muito tempo.

´O "segredo" destes 39 anos tem estado na matriz sindical do SPRC e na capacidade de movimentação

do coletivo e de organização, por parte da estrutura de direção do Sindicato. É aquela capacidade de movimentação que é preciso repor com redobrada coragem e com muita determinação, vencendo o torpor e alguma desorientação que a pandemia veio adensar em muitas mentes, em boa medida promovidos por quem tem aproveitado a situação para provocar uma certa paralisia.

Veja-se o exemplo do Ministério da Educação (ME) que se pode estender a outras áreas, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ao ensino particular e cooperativo, às IPSS e às Misericórdias. Favorecida pelo confinamento, pelo medo, pelo retraimento provocado pela pandemia que leva alguns a deixarem-se convencer que tudo o resto é inoportuno, o governo montou uma estratégia e põe o ME e o seu inenarrável ministro a protagonizá-la: não dialogar e muito menos negociar para não ter de enfrentar e começar a resolver os problemas candentes e graves que afetam os profissionais e a Escola Pública.

Não basta repousar na intervenção institucional ou na insistente denúncia pública asseguradas, sem desânimo, pelo SPRC/FENPROF. **O caminho, mais uma vez, tem de voltar a ser o das grandes movimentações e ações, a luta determinada e consistente feita com e pelos docentes com o apoio do seu Sindicato.** Só assim será possível romper o bloqueio e avançar na desejada resolução de problemas e na necessária satisfação de aspirações. O bloqueio negocial cairá quando a luta de massas o tornar politicamente insustentável.

É o que deve acontecer já esta semana, sábado dia 24, na Ação Nacional de Luta, cabendo aos docentes da região centro uma parte insubstituível da força e do protesto que vamos levar à zona do Centro Cultural de Belém.

É assim que vamos comemorar o 39.º aniversário do SPRC: lutando pela valorização dos docentes e da sua profissão; convergindo com quantos pugnam por uma Escola Pública de qualidade, para todos e inclusiva; continuando a respeitar e promover os valores de Liberdade e Democracia que Abril devolveu a todos os Portugueses, valores que, mesmo nos tempos mais negros, sempre contaram com quem não os deixasse amordaçar. ●

Trabalhadores Científicos em Protesto

Cerca de uma centena de Trabalhadores Científicos estiveram, no dia 16 de abril, reunidos frente ao Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, numa ação de protesto em defesa dos seus direitos, convocada pela ABIC e pela FENPROF. Durante o protesto uma delegação da ABIC e da FENPROF foi recebida pelo ministro da tutela, a quem entregou uma Resolução subscrita por várias organizações e aprovada por unanimidade nesta ação, bem como um abaixo-assinado promovido pela ABIC pela prorrogação de todas as bolsas que já conta com perto de 3000 assinaturas.

Na Resolução exige-se:

Exigimos ao Governo, ao MCTES e à FCT:

• A prorrogação de todas as bolsas de investigação;

• A extensão dos prazos de entrega de tese em cumprimento do artigo 259.º da Lei n.º 75-B/2020;

• A integração de todos os trabalhadores propostos para regularização no PREVPAP, tanto nos Laboratórios de Estado, onde se verificam homologações há mais de 2 anos sem que tenham ocorrido as respetivas integrações, como nas restantes instituições académicas e científicas;

• A aplicação do acréscimo de 2% nas transferências diretas do OE para as Instituições do Ensino Superior (IES) para o reforço da carreira de investigação científica e da carreira docente, tal como inscrito no OE de 2021;

• A atribuição das vagas do CEEC Institucional para contratos sem termo e com a respetiva integração na carreira de investigação científica;

• A abertura de novas edições dos concursos CEEC e de Projetos de IC&DT em 2021, e a atribuição de um maior número de vagas no CEEC Individual;

• A redução do tempo entre um concurso, a sua avaliação e o início dos pagamentos das respetivas bolsas, contratos ou projetos aprovados;

• O fim das taxas de entrega de tese;

• A democratização das IES, por forma a garantir o direito de todos os trabalhadores científicos a eleger e a ser eleito, independentemente do tipo de vínculo;

• A revogação do Estatuto do Bolseiro de Investigação;

• Integração de trabalhadores científicos nas respetivas carreiras, com contratos de trabalho sem termo;

• O crescimento do investimento público em ciência e a sua aplicação equilibrada em ciência fundamental e aplicada, em todas as áreas do conhecimento. ●

Em 14 e 15 de maio O VOTO PARA OS CORPOS GERENTES DO SPRC É ELETRÓNICO Como fazer?

2020 era o ano em que se deveria ter realizado o ato eleitoral para os corpos gerentes do SPRC. No entanto, com tudo preparado para que se efetivasse, a pandemia por COVID-19 obrigou à alteração de todos os planos. Era impossível constituir as habituais mais de 300 mesas de voto em escolas e jardins de infância e seria impossível garantir que todos os associados – que quisessem – pudessem votar. Esta não é a nossa forma de trabalhar.

Aplicando-se os Estatutos do SPRC, as eleições tiveram de ser adiadas por um ano, mantendo-se a atual direção em gestão, durante esse período.

Um ano depois, em 14 e 15 de maio, vão realizar-se as eleições para todos os órgãos do SPRC: Mesa da Assembleia Geral, Direção Regional, Comissão Fiscalizadora e Reguladora de Conflitos e Direções Distritais (Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu).

Porém, conscientes das dificuldades em garantir, nas condições sanitárias atuais, os recursos humanos e os espaços para que, também desta vez, os sócios do SPRC possam votar, a Direção decidiu proporcionar a todos os sócios um meio seguro e fácil de exercerem o seu direito.

Assim, em 14 e 15 de maio, os docentes e investigadores de todos os níveis de ensino e subsistemas vão poder votar, à hora que considerarem mais ajustada às suas possibilidades – através do voto eletrónico!

Para esse efeito, divulgamos instruções claras de como proceder. Em caso de dúvida, os sócios podem contactar qualquer sede ou delegação do SPRC para obter os esclarecimentos que entenderem necessários. Terão dois dias para votar. Todos poderão participar nesta escolha de quem representará os docentes e investigadores da região centro.

Quem quiser dirigir-se a uma mesa de voto, pode fazê-lo, e votar eletronicamente, também, em qualquer sede ou delegação do SPRC – no período 9.00 horas/12.30 horas ou 14.30 horas/18.00 horas, de 14 de maio (sexta-feira), ou, ainda, 9.00 horas/12.30 horas, de 15 de maio (sábado).

Eis as indicações de como deverão fazer para votar:

Como exercer o seu direito de voto

Para exercer o seu direito de voto deve aceder a **www.sprc.pt**

- Na página do Sindicato dos Professores da Região Centro, encontrará, no topo, o espaço dedicado às eleições dos Corpos Gerentes do Sindicato, onde deve clicar.
- De seguida, abrirá um espaço onde deve colocar **o número de sócio do SPRC e o número do Cartão de Cidadão/Bilhete de Identidade**. Deve, também, no local próprio, escolher o distrito de residência.
- Quando clicar em **"submeter"** [ver também nota final], abrirá uma janela para votar para a **Direção Regional** e **Mesa da Assembleia** Geral com as opções "Lista A" e "Voto em Branco".
- Ao selecionar **"Passo seguinte"** abrirá o espaço para votar para a **Comissão Fiscalizadora e Reguladora de Conflitos,** com as opções "Lista A" e "Voto em Branco".
- Deve, de seguida, escolher **"Passo seguinte"** e abrirá o espaço para votar para a **Direção Distrital,** com as opções "Lista A" e "Voto em Branco".
- Antes de finalizar, deve clicar em **"Passo Seguinte"** e abrirá a possibilidade de rever a votação. Nessa altura, pode fazer alterações e/ou **"Submeter o Voto"**.

Nota Final

Se, depois de colocar o número de sócio do SPRC, o número do Cartão de Cidadão/Bilhete de Identidade, e escolher o distrito, clicar em submeter e a plataforma não o identificar, então terá **acesso a uma janela com um formulário para cujo preenchimento deverá inserir alguns dados**. Coloque os dados e submeta-os. De seguida, será contactado(a) pelo SPRC para validar os seus dados e poderá exercer o seu direito de voto entre 19.00 h e as 23.00 h, do dia 15 de Maio.

Em caso de dúvida contacte 239 851 660 ou sprc@sprc.pt

LISTA A

"Prosseguir a luta por uma Educação de qualidade, uma Escola Pública inclusiva e uma Profissão com futuro"

Um SPRC responsável, solidário, corajoso e lutador

Coordenação

Anabela Sotaia
Professora do Ensino Secundário do Quadro da Escola Secundária D. Dinis
Coordenação do SPRC, Membro do SN e CN da FENPROF

João Louceiro
Professor do 2.º CEB do Quadro do AE da Mealhada
Coordenação do SPRC, Membro do SN da FENPROF

Mário Nogueira
Professor do 1.º CEB do Quadro do AE da Pedrulha
Secretário Geral da FENPROF
Coordenação do SPRC, Membro do SN e CN da FENPROF

Programa da lista A Candidata aos Corpos Gerentes do SPRC, triénio 2021 – 2024

Prosseguir a ação

Com o objetivo de prosseguir a ação que vem sendo desenvolvida, merecedora do reconhecimento de um grande número de docentes e investigadores da região centro, a Direção do Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC) decidiu apoiar a constituição e apresentação de uma lista candidata aos seus corpos gerentes, procurando, desta forma, dar continuidade à atividade que vem desenvolvendo.

Um contexto novo e complexo que impõe respostas exigentes

Estas eleições realizam-se num quadro muito complexo para as escolas e para os professores, quadro esse que, inclusivamente, levou ao adiamento das eleições, por um ano. A pandemia que assola o mundo provocou o encerramento das escolas já por duas vezes e, em cada uma, por longos períodos; a educação e o ensino, por força do recurso a ensino remoto, solução de emergência face à pandemia, prejudicou as aprendizagens dos alunos e agravou as desigualdades existentes; os professores são um dos grupos profissionais mais envelhecidos e a falta de iniciativa dos governos para rejuvenescer a profissão está a criar um problema gravíssimo que, a curto prazo, resultará na falta de docentes qualificados, problema que já se sente em algumas regiões e em algumas áreas do currículo. Estes problemas têm, também, consequências na ação sindical, dificultada que está a intervenção nas escolas e o protesto nas ruas. Aos dirigentes que forem eleitos compete enfrentar estas dificuldades e levar por diante o modelo sindical de classe, que é matriz do SPRC e se expressa numa atividade centrada nos locais de trabalho e através de um sindicalismo combativo, de massas, reivindicativo e que junta a proposta ao

António Morais
Prof. do 2º CEB do AE de Eixo. Coordenador da Direção Distrital de Aveiro. Membro da Direção Regional do SPRC e do CN da FENPROF

Dulce Pinheiro
Prof. de QA, AE "A Lã e a Neve", Covilhã. Coordenadora da Direção Distrital de Castelo Branco
Membro da Direção Regional
Membro do SN da FENPROF

Lurdes Santos
Educadora de Infância na Educação Especial do QE Avelar Brotero. Coordenadora da Direção Distrital de Coimbra. Membro da Direção Regional e CN da FENPROF

Sofia Monteiro
Professora do 2.º CEB do Quadro do AE Afonso de Albuquerque
Coordenadora da Direção Distrital da Guarda. Membro do Direção Regional do SPRC e do CN da FENPROF

Manuel Lopes
Professor do 3.º CEB do Quadro do AE D. Dinis
Membro da Direção Distrital de Leiria

Francisco Almeida
Professor do QA, 1ºCEB, Agrup. de Escolas Infante D. Henrique, Viseu, membro da Direção Regional, Coordenador da Direção Distrital de Viseu. Membro do SN da FENPROF

Ana Catarina Oliveira
Professora do 1.º CEB do QZP
Agrupamento de Escolas Martim de Freitas
Membro da Direção Regional do SPRC

Ana Isabel Silva
Professora contratada do 3.º CEB no AE Domingos Sequeira
Membro da Direção Distrital de Coimbra

Ana Paula Ferreira
Professora do Ensino Secundário do AE de Soure
Membro da Direção Regional do SPRC

Ana Paula Pires
Educadora de Infância do Quadro do AE da Pedrulha
Membro da Direção Regional do SPRC e do CN da FENPROF

Ana Rajão
Professora do 1.º CEB do Quadro do AE Domingos Sequeira, Leiria.
Membro da Direção Distrital de Leiria

António Matos
Prof. Auxiliar, Universidade da Beira Interior, Covilhã
Membro da Direção Regional do SPRC, Membro do CN da FENPROF

Bruno Soares
Professor do QA, 1º CEB, Agrupamento de Escolas Souselo - Cinfães, membro da Direção Distrital de Viseu

Carla Marques
Professora do QZP, 3ºCEB/Sec., Escola EB 2,3 de Alpendorada, membro da Direção Regional, e do CN da FENPROF

Carlos David
Professor do 2.º CEB do Quadro do AE Oliveira do Hospital
Membro da Direção Distrital da Guarda

Catarina Peixinho
Professora do Ensino Secundário, QZP
Escola Artística do Conservatório de Música de Coimbra

protesto. Na região centro, como a nível nacional, no âmbito da FENPROF ou, em contextos mais abrangentes, na Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública (FCSAP) e na CGTP-IN, o SPRC continuará a afirmar a sua matriz, por considerar ser a que melhor serve os professores, educadores e investigadores que representa, bem como a generalidade dos trabalhadores.

Os desafios são muitos. A Escola Pública continua a dar respostas educativas de qualidade, mas o esforço para o conseguir é cada vez maior, pois, apesar de se ter estancado a quebra de investimento imposta, durante vários anos, por governos anteriores, o atual, nesta e já na anterior legislatura, não reverteu a situação, com as verbas para a Educação a atingirem os valores mais baixos do século, muito longe dos 6% do PIB que se exigem e correspondem ao que é recomendado pelas mais diversas organizações internacionais.

Os orçamentos para Educação, nos últimos anos, têm sido marcados pela estagnação, assistindo-se, agora, a uma cada vez maior transferência de verbas do OE para fundos europeus, com o que isso significa de dependência e sujeição a ditames que, não raras vezes, se afastam do interesse nacional, constituindo uma crescente e preocupante perda de soberania. Na senda da desresponsabilização do Estado central por funções sociais que deverá assumir, assiste-se, agora, a uma forte pressão para transferir para os municípios quase todas as responsabilidades no âmbito da Educação. Tal processo insere-se num quadro não só de desresponsabilização do governo, como, através dos municípios ou das comunidades intermunicipais, tentar aliviar ainda mais o Orçamento do Estado transferindo uma fatia maior de financiamento para fundos europeus, obtidos através de projetos apresentados para esse efeito, levando à "externalização" de serviços, que mais não é que um encapotado processo de privatização de serviços públicos em geral e da Educação em particular.

Interesses privados em torno desses fundos vão-se manifestando um pouco por todo o lado, com os seus projetos a ganharem espaço dentro de escolas – muitos, com o aval dos municípios, que os promovem –, não conseguindo estas, por razões de ordem administrativa, financeira ou por carência de recursos humanos, apresentar os seus próprios projetos. Este é um processo que tende a acabar mal, com os interesses privados a estenderem tentáculos dentro de um serviço que é público. O problema da municipalização é ainda mais grave pelo facto de a gestão das escolas não obedecer a princípios democráticos, como os da elegibilidade, da colegialidade e da participação dos docentes em todos os níveis de decisão, o que fragiliza os órgãos de gestão, tornando-os menos autónomos e as escolas mais sujeitas a ingerências.

No Ensino Superior a situação não é muito diferente, condicionada por um RJIES que legitima uma gestão não democrática das instituições e permite que instituições públicas, como as universidades, possam, por via do regime fundacional, reger-se por normas de direito privado. Um quadro em que até as instituições de ensino superior não convertidas em fundações também já enveredam pela venda de serviços ou pela extensão de atividade a instituições privadas por si criadas, à falta de receitas do OE para o seu funcionamento, servindo-se desse expediente para desvalorizar o trabalho e explorar os trabalhadores, designadamente nas áreas da investigação científica.

Uma profissão com futuro exige respostas positivas no presente

No que a educadores, professores e investigadores diz respeito, a pandemia também foi biombo atrás do qual se esconderam os governantes para não dialogarem, não negociarem e, assim, deixarem arrastar problemas que, inclusivamente, têm vindo a agravar-se. Carreiras pervertidas, por vezes, quase destruídas, precariedade em níveis muito elevados, ou abusos e ilegalidades nas condições de trabalho, desde logo em horários que ultrapassam, em muito, os limites legais estabelecidos são três dos principais problemas. A estes, junta-se um quarto que é o do envelhecimento do corpo docente, problema que afeta todos os níveis e graus de ensino.

A necessidade de rejuvenescer o corpo docente é reconhecida até pelos

Celeste Duarte
Professora do 1.º CEB do Quadro do AE Montemor-o-Velho
Coordenadora Regional do 1.º CEB
Membro da Direção Regional do SPRC e do CN da FENPROF

Cláudia Ferreira
Leitora da Universidade de Aveiro.
Membro da Direção Regional do SPRC e do CN da FENPROF

Filomena Pires
Professora do QE, Ensino Secundário, Escola Secundária Viriato – Viseu, membro da Direção Regional e do e do CN da FENPROF

Helena Brites
Educadora de Infância do Quadro do AE de Linda-a-Velha e Queijas.
Membro da Direção Regional do SPRC e do CN da FENPROF

Isabel Melo
Professora Aposentada
Coordenadora do Departamento Técnico-Jurídico
Membro da Direção Regional do SPRC

João Paiva
Professor do 3.º CEB e Sec. do Quadro do AE de Cister - Alcobaça
Membro da Direção Regional do SPRC

Lígia Luís
Educadora de Infância do AE D. Dinis
Membro da Direção Regional do SPRC

Luís Lobo
Professor do 1.º CEB do Quadro do AE Martim de Freitas
Membro da Direção do SPRC,
Membro do SN da FENPROF
Coordenador do Departamento de Informação e Comunicação

Maria Cruz Marques
Educadora de Infância de QZP, EB da Cumeada, AE da Sertã, Sertã
Membro da Direção Regional,
Membro do CN da FENPROF

Miguel Viegas
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

governantes que, contudo, nada têm feito nesse sentido. A precariedade laboral e a instabilidade profissional, a par de uma carreira desvalorizada, têm vindo a afastar docentes da profissão e a não atrair jovens para os cursos de formação inicial. Acresce o facto de os mais velhos não poderem sair, abrindo vagas para os mais jovens. Isto por não ser possível uma aposentação justa e digna antes, quase, dos 67 anos, o que levou a que, nos últimos 15 anos, a idade para a aposentação completa tivesse aumentado quase 10 anos. Esta irresponsável política que levou ao envelhecimento da profissão criará, em breve, um problema gravíssimo que é o da falta de docentes qualificados. Nos três anos do mandato do SPRC, isto é, até 2024, deverão aposentar-se cerca de 12 000 educadores e professores, sem contar com o ensino superior, e até final da década o número ascenderá a mais de 50 000. O governo nada está a fazer para dar resposta adequada a esta situação.

No que respeita aos investigadores, o principal problema é o da precariedade e a não integração nas carreiras. Com o Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) a viver, em grande parte, de fundos europeus, o edifício assenta numa frágil estrutura de precariedade e essa fragilidade põe em risco o seu futuro. O governo tem anunciado programas específicos de combate à precariedade na Ciência, tais como o PREVPAP ou a possibilidade de contratação para as carreiras através de mecanismos ao abrigo do Diploma de Estímulo ao Emprego Científico, mas, na verdade, são programas com taxas verdadeiramente residuais de integração nas carreiras, impostos pela impossibilidade de disfarçar o problema, mas que não o resolvem nem procuram resolver, procurando, isso sim, confundir a substituição de algumas bolsas de investigação por contratos a termo, igualmente precários, com um real combate à precariedade, combate esse que só se poderá fazer pela integração nas carreiras. O governo mantém uma política de não fazer uso da carreira de investigação científica nas Instituições de Ensino Superior (IES), bem como de não permitir a progressão entre os diversos escalões desta.

A atenção do SPRC, nos próximos três anos, também continuará voltada para os docentes do ensino particular e cooperativo, incluindo o setor social. O SPRC continuará a bater-se pela aprovação de um Contrato Coletivo de Trabalho digno e que equipare os docentes deste subsetor aos dos seus colegas do ensino público. Tem sido uma batalha árdua, levada a cabo no âmbito da FENPROF, dificultada pelo facto de outras organizações terem dado a mão ao patronato e assinado um CCT que trai os interesses dos docentes. Contudo, o SPRC manter-se-á empenhado em alterar esta situação, assumindo, coerentemente, a defesa de tratamento semelhante para todos os docentes, sejam do público ou do privado. Ao mesmo tempo que age e luta por um CCT justo, o SPRC não deixará de procurar celebrar Acordos de Empresa, onde tal for possível, sempre que permitam melhorar a situação dos docentes abrangidos. Em relação ao setor social, sejam IPSS ou Misericórdias, há que continuar a tentar melhorar a situação contratual e as condições de trabalho dos docentes, participando nas negociações e celebrando convenções que vão nesse sentido, como, aliás, tem acontecido.

Grupo de educadores e professores muito importante é o de aposentados. Importante pelo seu número e pelo facto de, apesar de aposentados, os professores nunca deixarem de o ser. O SPRC pretende dar uma atenção particular a este grupo de professores, promovendo ações e iniciativas e encontrando respostas, designadamente ao nível do apoio social, que valorizem os professores aposentados e tornem interessante manterem-se sindicalizados. Ainda neste domínio, o SPRC procurará envolver-se mais na atividade nacional de aposentados e reformados, desenvolvida no âmbito da FENPROF, da FCSAP e da Inter-reformados.

As questões específicas criadas pela pandemia

A tudo o que antes se descreve, juntam-se os problemas criados por uma pandemia que está longe de estar ultrapassada. O teletrabalho, em Educação, cria

Mónica Ramôa
Prof. de QA, ES Frei Heitor Pinto, AE Frei Heitor Pinto, Covilhã
Membro da Direção Distrital de Castelo Branco

Nuno Peixinho
Professor Bolseiro da Universidade de Coimbra

Paulo Peralta
Professor do 1.º CEB do QA de Escolas Coimbra Oeste
Membro da Direção Regional do SPRC

Vítor Godinho
Professor do 3.º CEB e Secundário do Quadro do AE da Sertã
Coordenador Regional do 2 e 3 CEB e Sec.
Membro da Direção Regional do SPRC, Membro do SN da FENPROF

Vitor Januário
Prof. do 3º CEB e Sec. do AE João da Silva Correia, São João da Madeira. Membro da Direção Regional do SPRC e do CN da FENPROF

Victor Juvenal
Professor Desempregado
Membro da Direção Regional do SPRC, Membro do CN da FENPROF

inúmeros problemas, tanto ao nível das aprendizagens dos alunos, como do trabalho dos docentes. No contexto pandémico, vivemos momentos diferentes, alternando-se ensino em regime presencial e ensino remoto. Um ensino presencial que, no entanto, se desenrolou com grande instabilidade, sendo frequente, em muitas escolas, haver alunos ausentes, encontrando-se em isolamento profilático ou quarentena, e também professores. Foi, por isso, um período marcado por dificuldades e problemas que somaram a outros, gerados pelo ensino a distância, em que, também aos docentes, não foram garantidas as condições previstas na lei para quem se encontra em teletrabalho, designadamente a disponibilização de equipamentos e o pagamento de despesas acrescidas. O esforço feito pelos professores foi grande, o mesmo acontecendo com os alunos e as famílias, todavia, os resultados obtidos não foram proporcionais a esse esforço.

Sendo insubstituível o ensino presencial, tudo deve ser feito para que as escolas se mantenham abertas e o ensino remoto não volte a ser opção. Nesse sentido, a FENPROF reivindicou a realização de testes em larga escala nas escolas e a vacinação do pessoal docente e não docente na fase 1, criando, dessa forma, melhores condições para que as escolas não voltem a encerrar. Num primeiro momento, os responsáveis do ME não acompanharam essa posição, mas a persistência da reivindicação, sustentada nas posições defendidas por organizações relevantes como UNESCO, UNICEF e Internacional de Educação, contribuiu para que essas duas medidas tivessem sido aprovadas. Mas também é necessário que sejam adotadas outras medidas que o governo continua a não reconhecer importância, como a redução do número de alunos por turma, para que se garanta o necessário distanciamento físico dentro das salas de aula e um substancial reforço de assistentes operacionais para que se garanta a limpeza e a desinfeção que a situação epidémica impõe. A redução do número de alunos por turma é, também, exigência no plano pedagógico, pois traduzir-se-á numa significativa melhoria da qualidade do ensino e dos apoios aos alunos com mais dificuldades. A recuperação de aprendizagens obriga a que o governo tome medidas específicas orientadas nesse sentido. Essa é uma, mas o reforço do número de professores nas escolas, o reforço dos apoios e coadjuvações ou a reorganização dos currículos são outras medidas que deverão ser adotadas.

O compromisso dos dirigentes do SPRC

Aos dirigentes do SPRC que se candidatam compete, depois de eleitos, construir propostas para todos estes problemas e lutar pela sua concretização. Respostas que passam, em primeiro lugar, pela elaboração e apresentação daquelas propostas, para, depois, as colocarem em discussão nas Escolas, junto dos professores e educadores, e, por último, as apresentarem aos responsáveis do ME, bem como aos professores e investigadores nas IES apresentando-as aos responsáveis do MCTES. Se estes bloquearem a negociação – como acontece atualmente – competirá à direção sindical organizar a luta, com vista a reabrir as vias do diálogo e os processos negociais. Nesse sentido, é necessário voltar a investir na formação sindical dos dirigentes, eleger o maior número possível de delegados sindicais, não deixando a descoberto nenhuma escola, sindicalizar mais professores e melhorar a vida dos núcleos sindicais de base. Apesar de todas as dificuldades, este período com as escolas encerradas tornou-nos mais competentes no recurso a meios telemáticos também para a atividade sindical. A realização de plenários e ações de diverso tipo com largas centenas de professores, permitiu-nos explorar um meio que deverá continuar a ser utilizado no futuro, não como meio privilegiado da ação, mas complementar de grande importância, a par da diversificação de outros recursos destinados a informar e comunicar com os professores, mantendo-os informados e esclarecidos.

O SPRC continuará empenhado em melhorar as respostas de apoio aos docentes da educação pré-escolar ao ensino secundário, bem como aos docentes e investigadores das IES, tanto no plano jurídico, como, também, no da formação contínua, nos apoios sociais e em outros que sejam úteis aos associados, a quem o Sindicato deverá oferecer esses serviços não só gratuitamente, como em regime de exclusividade.

Num plano mais geral, o SPRC deverá continuar empenhado em convergir com outros trabalhadores, seja dentro da Administração Pública, neste caso integrando a Frente Comum de Sindicatos, onde assume papel de direção, seja na CGTP – Intersindical Nacional, com a participação de dirigentes nos seus órgãos de direção nacional, bem como das Uniões de Sindicatos, e convergindo nas ações e lutas em defesa dos direitos de quem trabalha e dos serviços públicos que são o garante das funções sociais do Estado.

Pretendem os dirigentes que forem eleitos para o triénio 2021-2024 construir um futuro que honre o passado desta grande força em torno da qual se unem os professores da região centro, isto é "Prosseguir a luta por uma Educação de qualidade, uma Escola Pública inclusiva e uma Profissão com futuro". Isso será possível no quadro de um SPRC que continuará a ser uma organização responsável, solidária, corajosa e lutadora, como tal, reconhecida pelos docentes, pelos investigadores e pela sociedade em geral. ●

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente
Sérgio Dias Branco
Prof. Auxiliar da Faculdade de Letras da Univ.de Coimbra
Membro da Direção Regional do SPRC

Vice-Presidente
Jerónimo Barroso
Prof. Aposentado
Membro da Mesa da Assembleia Geral

Adelaide Dias
Professora do 1.º CEB DO QA Latino Coelho, Lamego
Membro da Direção Distrital de Viseu

Fátima Pinhão
Prof. Aposentada
Membro da Mesa da Assembleia Geral

José Adelino Proença
Prof. Aposentado
Membro da Direção Distrital de Castelo Branco

Helena Bonifácio
Prof. Aposentada
Membro da Direção Distrital de Castelo Branco

Silvina Queiroz
Prof. Aposentada
Membro da Comissão Fiscalizadora e Reguladora de Conflitos

Isabel Batista
Prof. Aposentado
Membro da Mesa da Assembleia Geral

COMISSÃO FISCALIZADORA E REGULADORA DE CONFLITOS

Graça Pedrosa – Presidente
Prof. Aposentada
Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Amilcar Salvador
Prof. do 1.º CEB do Quadro do AE de Trancoso
Membro da Comissão Fiscalizadora e Reguladora de Conflitos

Fátima Rosa
Educadora de Infância
Membro da Comissão Fiscalizadora e Reguladora de Conflitos

Hélder Rodrigues
Prof. Aposentado
Membro da Comissão Fiscalizadora e Reguladora de Conflitos

Isabel Lemos
Prof. Aposentada
Membro da Direção Regional do SPRC. Coordenadora Regional do Departamento dos Aposentados

Ivone Pereira
Prof. Aposentada

Jorge Carvalho
Prof. Aposentado
Presidente da Comissão Fiscalizadora e Reguladora de Conflitos

Jorge Pinto dos Santos
Prof. Aposentado
Membro da Comissão Fiscalizadora e Reguladora de Conflitos

José Neves
Professor Aposentado, Comissão Fiscalizadora e Reguladora de Conflitos

Fausto Pina
Prof. Aposentado
Membro da Direção Distrital de Viseu

Felicidade Alves
Prof. Aposentada

Clara Lage
Prof. Aposentada
Membro da Comissão Fiscalizadora e Reguladora de Conflitos

Isabel Coelho
Prof. Aposentada
Membro da Mesa da Assembleia Geral

DIREÇÃO DISTRITAL DE AVEIRO

Programa

O caminho do progresso, da superação das desigualdades e das injustiças, no intuito de alcançar uma sociedade mais solidária e fraterna aponta sempre na direção de uma escola pública de qualidade e de um sistema educativo robusto, inclusivo e abrangente que exige um investimento adequado e consentâneo.

É nosso entendimento que a Educação é o investimento mais frutífero que pode realizar um país para garantir um futuro mais venturoso para todos os seus cidadãos. Não tem sido essa a perceção dos sucessivos governos que, com políticas regressivas e de miras muito estreitas, têm, sistematicamente, desinvestido neste setor vital e estratégico.

Quando todos os organismos internacionais assinalam que o montante mínimo adequado a ser despendido com a Educação deve situar-se em valores próximos de 6% do PIB, em Portugal, a parte do orçamento que lhe é destinada tem vindo a decrescer situando-se, atualmente, nos 3,6% do PIB. Caminhamos no sentido inverso daquele que deveríamos seguir.

Estes tempos de crise pandémica vieram demonstrar, para quem tivesse alguma dúvida, que os serviços públicos são os pilares essenciais sobre os quais devem assentar os estados modernos. Outrossim, deixaram a nu as fragilidades do nosso setor educativo. Na última década e meia, com a enorme obsessão da poupança, acrescentaram-se erros aos que já existiam, sem que se perspetive, por vontade do governo, a sua correção. Criaram-se e legitimaram-se os mega agrupamentos e aumentou-se o número de alunos por turma, de forma incongruente. Estas duas medidas legislativas vieram não só revelar-se pedagogicamente contraproducentes como muito perigosas sanitariamente, como se tem constatado.

Não estávamos preparados para o Ensino à Distância em março de 2020 por falta de meios, nomeadamente, computadores e, quase um ano depois, continuamos impreparados porque o ME não se muniu das condições, meios tecnológicos e computadores, para enfrentar o que era mais que previsível que ocorresse: um segundo confinamento. De realçar que o novo encerramento das escolas ocorre como consequência direta da irresponsabilidade do ME que não investiu nas Escolas, nomeadamente com mais pessoal docente e não docente e rastreios periódicos à comunidade escolar.

O Governo do PS insistiu em manter e universalizar a municipalização da Educação iniciada pelo PSD, sendo que os objetivos são exatamente os mesmos, ou seja, continuar a comprimir o seu orçamento. Tendo em conta que estas transferências para os municípios visam apenas uma finalidade económica, sem qualquer ponderação sobre o resultado da qualidade educativa que certamente se irá fazer ressentir e conhecendo os efeitos desastrosos desta experiência em países que a adotaram, mandaria a prudência não copiar a mesma receita. No entanto, para os nossos governantes sobrepõe-se o corte das despesas no imediato ao investimento real no nosso sistema educativo. Daqui advirão as naturais consequências que passarão pela globalização das assimetrias entre regiões e municípios para além de se abrir, perigosamente, a porta à privatização quando as autarquias não conseguirem suportar as despesas com a Educação. A FENPROF e o SPRC sempre se opuseram a esta desresponsabilização do ME/Governo que com esta decisão viram as costas à Constituição da República e ao dever que o Estado tem com a formação e a educação de cada um dos seus cidadãos.

O modelo de gestão e direção das escolas também foi criado com o propósito de servir e reproduzir acriticamente a vontade do ME, esvaziando assim todas as funções decisórias dos órgãos da escola. A democracia nos espaços escolares não só fica diminuída ao ponto de desaparecer como o risco de os alunos assumirem práticas antidemocráticas ou pouco democráticas aumenta desmedidamente. Um ambiente onde não se respira democracia dificilmente cultivará valores democráticos nos jovens que estão a aprender a viver. Não alterar este modelo de gestão não é apenas um erro, é absolutamente desastroso para a sociedade que pretendemos construir. Retirar autonomia, liberdade e competência às escolas municipalizando-as e dirigindo-as de forma autocrática para, alegadamente, pretender que elas sejam o baluarte da criação de cidadãos livres, conscientes e críticos é um ato incoerente e deploravelmente hipócrita que tem sido praticado de forma sistemática pelos últimos governos.

Quando os populismos fascizantes florescem por todos os lados, incluindo no nosso país, é iníquo que nos bancos das escolas não contrariemos essa tendência por opções governativas completamente desacertadas e inadequadas. Era necessário parar para pensar e não procrastinar em matérias tão sérias e prementes.

Para além destes problemas do nosso sistema educativo que são estruturais e que têm que ser resolvidos, neste caso, revertidos, existem também os outros problemas que são de ordem laboral e que não têm merecido a devida atenção por parte da tutela, criando perturbações sistémicas na Educação. É a permanente desvalorização e degradação da carreira que traz consigo a pouca ou nula atratividade para os jovens estudantes que driblam os cursos de ensino, ficando estes, desertos de candidaturas. Este facto indesmentível articula-se de forma dramática com o envelhecimento da classe docente e com a fadiga e a desmotivação inerentes, problemas que se estão a tornar crónicos, devido ao desleixo governativo. Exaustão, envelhecimento e sobre trabalho são os três vetores da tempestade perfeita que se veio a abater sobre a escola pública nos últimos anos. Todo este contexto pleno de incertezas e de problemas em torno do setor da Educação exige uma resposta combativa forte por parte dos professores e dos seus legítimos representantes. O SPRC estará sempre na linha da frente na defesa inabalável dos Professores, Educadores e Investigadores, denunciando, contestando, reivindicando e organizando todas as lutas que venham a ser consideradas imprescindíveis para tornar visíveis os seus problemas e os seus anseios. O princípio de uma escola pública de qualidade, universal e gratuita, que fomente a formação de todas as crianças e jovens portugueses e que lhes permita tornarem-se cidadãos de corpo inteiro munidos com valores democráticos, é um objetivo inegociável.

A Direção Distrital de Aveiro tentará reforçar a sua presença e a sua intervenção em todos os Agrupamentos e Escolas da sua área sindical procurando dar a resposta mais eficaz aos diversos e complexos problemas com que se deparam, diariamente, os professores. Ademais, a composição da nossa lista distrital, para o próximo triénio 2021/2024, vai no sentido do comprometimento com a luta pelos

direitos e valores que nos são tão caros, integrando novos dirigentes, abrangendo todos os ciclos de ensino e um maior número de agrupamentos.

O lema "Prosseguir a luta por uma Educação de qualidade, uma Escola Pública inclusiva e uma Profissão com futuro", que sintetiza o programa de candidatura aos Corpos Gerentes do SPRC, para o próximo mandato, irá, obviamente, orientar a nossa ação. A Direção Distrital de Aveiro assume o compromisso de um envolvimento empenhado e tenaz na defesa dos Professores, Educadores e Investigadores. O esclarecimento, a intervenção presencial e a mobilização para ações de protesto que deem visibilidade à defesa não só dos legítimos direitos dos professores como da escola pública que é o garante da possibilidade de atingir igualdade de direitos de oportunidades para todos, serão os nossos instrumentos em favor do bem comum e da construção do melhor futuro para todos. Com igual tenacidade e convicção participaremos nas lutas decididas no âmbito da União de Sindicatos de Aveiro, da CGTP e da Frente Comum, pois é com os princípios do movimento sindical unitário que nos identificamos. ●

Alberto Morais
Prof. do 1º CEB do Agrup. de Escolas de Loureiro e Pinheiro da Bemposta. Membro da Direção Distrital de Aveiro

Albino Gomes
Prof. do 3º CEB e Sec. do Agrup. de Escolas de Vagos. Membro da Direção Distrital de Aveiro

Alda Tavares
Prof. do 3º CEB e Sec./ Especial do Agrup. de Escolas de Pardilhó. Delegada Sindical

Alexandre Loff
Prof. do 1º CEB do Agrup. de Escolas de Vagos. Membro da Direção Distrital de Aveiro

Alice Caetano
Prof. do 1º CEB do Agrup. de Escolas Fernando Caldeira

Ana Luísa Cardoso
Prof. do 3º CEB e Sec. do Agrup. de Escolas de Aveiro. Membro da Direção Distrital de Aveiro

Ana Paula Teixeira
Educadora de Infância do Agrup. de Escolas de Vagos. Delegada sindical

Anabela Ribeiro
Prof. do 3º CEB e Sec. do Agrup. de Escolas de Ílhavo. Membro da Direção Distrital de Aveiro

Anabela Vasconcelos
Prof. do 3º CEB e Sec. do Agrup. de Escolas de Oliveirinha. Membro da Direção Distrital de Aveiro

António Salavessa
Prof. do 3º CEB e Sec. da Escola Secundária Adolfo Portela. Membro da Direção Distrital de Aveiro

Arminda Urbano
Prof. do 2º CEB do Agrup. de Escolas de Vagos. Delegada Sindical

Artur Ramísio
Prof. do 3º CEB e Sec. do Agrup. de Escolas João de Barros, Corroios, Setubal. Membro da Direção Distrital de Aveiro

Carlos Rodrigues
Prof. Auxiliar da Universidade de Aveiro. Membro da Direção Distrital de Aveiro

Cecilia Mota
Prof. do 2º e 3º CEB do Agrup. de Escolas de Águeda Sul. Membro da Direção Distrital de Aveiro

Celeste Vieira
Prof. do 2º Ciclo do Agrup. de Escolas de Esgueira . Membro da Direção Distrital de Aveiro

Fátima Flores
Professora Aposentada. Membro da Direção Distrital de Aveiro

Fátima Melo
Prof. do 1º CEB do Agrup. de Escolas Ílhavo. Membro da Direção Distrital de Aveiro

Fernando Lopes
Prof. do 2º e 3º CEB do Agrup. de Escolas Rio Novo do Príncipe. Cacia. Membro da Direção Distrital de Aveiro

Gonçalo Gonçalves
Prof. do 1º CEB do Agrup. de Escolas da Murtosa. Delegado Sindical

Graciete Abreu
Professora Aposentada. Membro da Direção Distrital de Aveiro

Graciete Oliveira
Prof. do 3º CEB e Sec. do Agrup. de Escolas de Estarreja. Membro da Direção Distrital de Aveiro

Isabel Cruz
Prof. do 3º CEB e Sec./ Especial do Agrup. de Escolas da Gafanha da Nazaré, Ílhavo.

Isabel Passos
Prof. do 3º CEB e Sec. do Agrup. de Escolas Dr. Mário Sacramento. Membro da Direção Distrital de Aveiro

Irina Baptista
Educadora de Infância na Associação Humanitária Mão Amiga. Membro da Direção Distrital de Aveiro

João Domingos
Professor Aposentado.
Membro da Direção Distrital de Aveiro

João Fernandes
Prof. do 2º CEB Agrup. de Escolas da Branca.
Delegado Sindical

José Paredes
Prof. do 1º CEB do Agrup. de Escolas José Estêvão.
Delegado Sindical

Leonel Rodrigues
Prof. do 3º CEB e Sec. do Agrup. de Escolas de Estarreja.

Luís Abreu
Prof. Adjunto da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda. Membro da Direção Distrital de Aveiro

Luís Mota
Professor Aposentado.
Membro da Direção Distrital de Aveiro

Madalena Bonifácio
Professora Aposentada.
Membro da Direção Distrital de Aveiro

Manuela Martins
Prof. do 2º CEB e Sec. do Agrup. de Escolas de Aveiro.

Noémia Lopes
Prof. do 2º CEB do Agrup. de Escolas de Anadia. Delegada Sindical

Pedro Tavares
Prof. Contratado do 3º CEB e Sec. do Agrup. de Escolas da Gafanha da Nazaré, Ílhavo. Membro da Direção Distrital de Aveiro

Pedro Vale
Prof. do 3º CEB e Sec. do Agrup. de Escolas de Anadia. Membro da Direção Distrital de Aveiro

Regina Castro
Prof. do 3º CEB e Sec. do Conservatório de Música de Aveiro. Membro da Direção Distrital de Aveiro.

Rosa Gadanho
Professora Aposentada.
Membro da Direção Distrital de Aveiro

Rui Bastos
Prof. do 3º CEB e Sec. do Agrup. de Escolas de Anadia. Membro da Direção Distrital de Aveiro

Sandra Cabral
Prof. do 1º CEB do Agrup. de Escolas Ferreira de Castro, Oliveira de Azeméis

Sérgio Melo
Prof. do 3º CEB e Sec. do Agrup. de Escolas de Oliveira do Bairro

Susana Marques
Prof. do 3º CEB e Sec. do Agrup. de Escolas da Branca

DIREÇÃO DISTRITAL DE CASTELO BRANCO

Programa

"Prosseguir a luta por uma Educação de qualidade, uma Escola Pública inclusiva e uma Profissão com futuro" é o lema da lista que integramos e que concorre às eleições do SPRC para o triénio 2021/2024. Este lema engloba os principais objetivos de luta no próximo mandato constituindo uma declaração de princípios que continuará a nortear a nossa ação sindical, na região e no distrito de Castelo Branco, sempre em articulação com as orientações traçadas pela Direção Regional.

São múltiplos os problemas com que, anos e anos a fio, nos debatemos, na nossa profissão. A pandemia veio expor, ainda mais, muitas fragilidades do sistema educativo e científico e nem os Ministros da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e nem, de uma forma global, o governo do PS têm estado à altura de os resolver. Assim, a nossa luta visará a resposta às reais necessidades do exercício da profissão docente e de investigador, à recuperação da confiança dos professores e nos professores e ao retomar do caminho de valorização profissional e da afirmação da Escola Pública, com o fim de conseguirmos uma profissão com futuro! Lutámos e continuaremos a lutar, porque é urgente o reconhecimento do imprescindível e inequívoco papel do Professor para a construção de uma Educação que garanta um melhor futuro para o Portugal que queremos ajudar a construir. Lutámos e continuaremos a lutar, porque a dignidade da classe docente tem que ser resgatada do constante ataque de que temos sido alvo, fruto das políticas de redução e retirada de direitos aos trabalhadores em geral e, nomeadamente, aos da Administração Pública, entre os quais se destacam os docentes e investigadores. Efetivamente, confrontamo-nos com uma governação que despreza as organizações sindicais e que nem as determinações da Assembleia da República respeita!

É neste quadro que a lista para a Direção Distrital de Castelo Branco do SPRC reafirma que, tendo em atenção as orientações definidas no programa geral do SPRC para o triénio 2017/2020, as deliberações da FENPROF, da Frente Comum e da CGTP-IN, adaptando-as

às especificidades locais, se propõe contribuir para o fortalecimento deste movimento sindical centrando a atividade na Escola e na resolução dos problemas dos professores e investigadores, nomeadamente:

• Lutando de forma empenhada e mobilizadora contra quaisquer medidas gravosas para os direitos dos educadores, dos professores e dos investigadores que ponham em causa a Escola Pública para todos;

• Lutando contra o desemprego docente e científico, a precariedade e pressão que induzem à insegurança e medo, exigindo trabalho com direitos.

• Combatendo o divisionismo e o anti-sindicalismo reforçando a unidade sindical na ação dos professores e investigadores, nomeadamente apostando na informação;

• Continuando a adequar os métodos da atividade sindical às necessidades dos jovens educadores, professores e investigadores, procurando envolvê-los com maior regularidade nas iniciativas e reforçando a sindicalização;

• Reforçando a intervenção sindical nos Ensinos Superior, Particular e Cooperativo e IPSS, bem como nas outras instituições não tuteladas pelo ME ou MCTES, sobretudo, com o aumento e dinamização dos núcleos sindicais de base;

• Diversificando as estratégias nas iniciativas promovidas pelo movimento sindical que corporizamos, envolvendo todo o pessoal docente e investigadores no ativo, bem como os desempregados e aposentados;

• Mantendo a prática de descentralização das reuniões sindicais de forma a favorecer um aumento da participação dos docentes e investigadores;

• Apostando na mobilização e no alargamento da rede de Delegados Sindicais e reforço da (in)formação com vista ao aumento da qualidade da ação sindical;

• Intensificando a ligação com o Movimento Sindical Unitário: no âmbito da administração pública com a Frente Comum, com todos os outros trabalhadores no seio da CGTP-IN e, em particular, nas ações que visem a unidade dos trabalhadores, na construção de uma sociedade mais democrática, mais justa, mais solidária e de um futuro melhor;

• Continuando a investir na diversificação e melhoria do apoio aos sócios;

• Contribuindo para a formação dos docentes, nomeadamente, colaborando ativamente com os Centros de Formação do SPRC e Salvado Sampaio e com outras entidades que convirjam nos mesmo objetivos que o SPRC;

• Apoiando as iniciativas de organizações e movimentos sociais unitários que visem a consolidação do desenvolvimento local e regional;

• Continuando a participar em ações de defesa dos bens e serviços públicos, da igualdade de oportunidades, da Paz e em todas as áreas em que estejam em causa os direitos fundamentais dos cidadãos!

Abel Silva
Prof. de QE, ES Quinta das Palmeiras, Covilhã
Membro da Direção Distrital de Castelo Branco

Albino Varanda
Prof. de QZP, Centro Esc. de Belmonte, AE Pedro Álvares Cabral, Belmonte
Delegado Sindical

Ana Leitão
Prof. de QA, EB Afonso de Paiva, Castelo Branco.
Membro da Direção Distrital de Castelo Branco

Ana Luisa Vaz
Educadora de Infância de QA, EB n.º 2 do Teixoso, AE Teixoso, Covilhã
Membro da Direção Distrital de Castelo Branco

Ana Paula Domingues
Prof. de QA, ES Nuno Álvares, AE Nuno Álvares, Castelo Branco
Membro da Direção Distrital de Castelo Branco

Anabela Ribeiro
Prof. de QA, EB do Canhoso, AE "A Lã e a Neve", Covilhã
Delegada Sindical

António Ferraz
Prof. de QA, EB de Silvares, AE Gardunha e Xisto, Fundão
Delegado Sindical

Catarina Gavinhos
Prof. Adjunta, Escola Superior Agrária, Instituto Politécnico de Castelo Branco
Membro da Direção Distrital de Castelo Branco

Céu Borges
Educadora de Infância de QA, EB S. Domingos, AE "A Lã e a Neve", Covilhã
Membro da Direção Distrital de Castelo Branco

Céu Rato
Educadora de Infância de QA, EB do Dominguizo, AE Frei Heitor Pinto, Covilhã
Delegada Sindical

Conceição Amaral
Prof. de QA, ES do Fundão, AE do Fundão, Fundão
Delegada Sindical

Conceição Figueira
Prof. de QA, EB n.º 2 do Teixoso, AE Teixoso, Covilhã
Membro da Direção Distrital de Castelo Branco

Cristina Vieira
Prof. Auxiliar, Universidade da Beira Interior, Covilhã
Membro da Direção Distrital de Castelo Branco

Daniela Ferreira
Prof. Contratada, EB S. Domingos, AE "A Lã e a Neve", Covilhã

Dina Costa
Prof. de QZP, AE José Sanches e S. Vicente da Beira, Castelo Branco
Membro da Direção Distrital de Castelo Branco

Elsa Duarte
Prof. de QE, ES Campos Melo, Covilhã
Membro da Direção Distrital de Castelo Branco

Elsa Neves
Prof. de QA, EBS Pedro da Fonseca, AE Proença-a-Nova, Proença-a-Nova
Membro da Direção Distrital de Castelo Branco

Fernanda Isabel Nogueira
Educadora de Infância de QA, AE Teixoso, Covilhã
Membro da Direção Distrital de Castelo Branco

Filomena Aguiar
Prof. de QA, AE Nuno Álvares, Castelo Branco
Membro da Direção Distrital de Castelo Branco

Graça Tadeia
Prof. de QZP, EB Cidade de Castelo Branco, AE Nuno Álvares, Castelo Branco
Delegada Sindical

João David
Prof. de QA, EB Faria de Vasconcelos, AE Nuno Álvares, Castelo Branco
Membro da Direção Distrital de Castelo Branco

João Delgado
Prof. Diretor Pedagógico do Conserv. Reg. de Música de Castelo Branco, Castelo Branco. Membro da Direção Distrital de Castelo Branco

Joaquim Nave
Prof. de QE, ES Quinta das Palmeiras, Covilhã
Membro da Direção Distrital de Castelo Branco

Joquim Reis
Prof. de QZP, EB Centro de Portugal, AE Vila de Rei, Vila de Rei
Delegado Sindical

José Gonçalves
Prof. de QA, ES Amato Lusitano, AE Amato Lusitano, Castelo Branco
Membro da Direção Regional

Lidia Salgueiro
Educadora de Infância de QA da Sertã, Sertã
Membro da Direção Distrital de Castelo Branco

Lurdes Brás
Prof. de QE, ES Quinta das Palmeiras, Covilhã
Membro da Direção Distrital de Castelo Branco

Manuel Magrinho
Prof. Auxiliar, Universidade da Beira Interior, Covilhã
Membro da Direção Distrital de Castelo Branco

Marco Santos
Prof. de QZP, AE Frei Heitor Pinto, Covilhã
Membro da Direção Distrital de Castelo Branco

Margarida Cruz
Educadora de Infância de QA, AE do Teixoso, Covilhã
Membro da Direção Distrital de Castelo Branco

Marta Amoroso
Prof. QZP, AE da Sertã, Sertã
Membro da Direção Distrital de Castelo Branco

Marta Miguel
Educ. de Infância, Diretora Pedagógica da Associação Centro Social Sagrado Coração de Maria, Covilhã
Membro da Direção Distrital de Castelo Branco

Natália Sousa
Educadora de Infância de QA, AE "A Lã e a Neve", Covilhã
Membro da Direção Distrital de Castelo Branco

Paula Cruz
Prof. do QZP, EB Penedos Altos, AE "A Lã e a Neve", Covilhã
Membro da Direção Distrital de Castelo Branco

Paulo Antunes
Prof. de QZP, EBS Pedro da Fonseca, AE Proença-a-Nova, Proença-a-Nova
Delegado Sindical

Paulo Torres
Prof. Adjunto, Escola Superior de Tecnologia, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Castelo Branco

Raquel Dias
Prof. de QA, EB do Canhoso, AE "A Lã e a Neve", Covilhã
Membro da Direção Distrital de Castelo Branco

Rita Azeitona
Educadora de Infância de QA, AE Nuno Álvares, Castelo Branco
Delegada Sindical

Sandra Serrano
Prof. de QA, EB Pêro da Covilhã, AE Pêro da Covilhã, Covilhã
Delegada Sindical

Susana Castim
Prof. de QA, EB Centro de Portugal, AE Vila de Rei, Vila de Rei
Delegada Sindical

Teresa Melo
Prof. de QA, EB Serra da Gardunha, AE Gardunha e Xisto, Fundão
Membro da Direção Distrital de Castelo Branco

DIREÇÃO DISTRITAL DE COIMBRA

Programa

Desde sempre, que o trabalho desenvolvido pelo SPRC foi e é um trabalho centrado nas escolas e nos professores, orientado para a resolução dos seus problemas, para a defesa de uma Escola Pública democrática, de qualidade e inclusiva e para a defesa da justiça social. Estas são as linhas orientadoras que congregam o coletivo de professores que integram a lista à Direção Distrital de Coimbra, para este triénio, que nelas se reveem. Parte destes docentes integraram listas anteriores desta direção, mas novos há que abraçam pela primeira vez este projeto; disponibilizando-se, todos eles, para contribuir com o seu conhecimento da realidade da vida escolar e da profissão docente, ajudar a prosseguir a luta que urge travar de ora em diante, face às grandes dificuldades e constrangimentos que nos últimos anos nos têm vindo a ser impostos. Na lista que agora apresentamos, existem candidatos dos diferentes setores de ensino, pois cremos que só esta diversidade nos

permitirá um conhecimento mais rigoroso dos problemas e situações que marcam o exercício da profissão docente.

Assumimos um sindicalismo combativo, próximo dos professores, inserido no movimento sindical unitário nacional, participando em ações mais amplas, de âmbito nacional, na defesa de todos os trabalhadores e dos seus direitos. Somos elementos de um sindicato que coloca a luta reivindicativa como prioridade da sua ação, pela potencialidade que esta encerra para a resolução dos problemas.

Pugnaremos por dar prioridade à luta por uma Escola Pública e de qualidade para todos, procurando:

• repor um regime de Gestão Democrático;

• combater a Municipalização da Educação;

• lutar contra a precariedade e o envelhecimento do corpo docente;

• repor o tempo de serviço roubado;

• eliminar os constrangimentos na progressão aos 5ºe 7º escalões;

• defender e valorizar a carreira docente;

• Defender um regime específico de aposentação;

• exigir melhores horários e condições de trabalho.

Neste cenário, as dificuldades vividas pelas escolas e pelos professores e a sua crescente complexidade, constituem-se como motivos para grande protesto e contestação. Torna-se, assim, indispensável reforçar a luta através de uma forte atividade centrada nas escolas e no reforço da nossa rede de dirigentes e delegados sindicais.

Cremos que a lista, por nós proposta para esta direção, contribuirá para a identificação dos problemas mais sentidos pela classe docente e ser a voz daqueles que acreditam na construção de uma Escola Pública melhor e de uma Educação de qualidade. ●

Adelino Lopes
Professor Aposentado, Coordenador do Grupo de Trabalho "Jovens Professores, que Futuro?". Membro da Direção Distrital de Coimbra

Alexandra Alves
Professora da Educação Especial, Escola Básica e Secundária Quinta das Flores. Membro da Direção Distrital de Coimbra

Alexandra Ramos
Professora do 2.º e 3.º Ciclo, Agrupamento de Escolas Coimbra Sul, Escola Básica 2,3 de Ceira. Membro da Direção Distrital de Coimbra

Alexandra Taborda
Professora do 2.º e 3.º Ciclo, Escola Secundária José Falcão. Membro da Direção Distrital de Coimbra

Amélia Galha
Professora do Ensino Secundário, Escola Básica e Secundária Martinho Árias – Soure. Membro da Direção Distrital de Coimbra

Ana Luzia Cruz
Professora do Ensino Secundário, Agrupamento de Escolas Coimbra da Mealhada. Membro da Direção Distrital de Coimbra

Ana Paula Mendes
Professora do 1.º Ciclo do Ensino Básico, Escola Básica Solum Sul, Membro da Direção Distrital de Coimbra

Anabela Cutelo
Professora do 2.º e 3.º Ciclo, Escola Básica Marquês de Marialva. Membro da Direção Distrital de Coimbra

Ângela Cunha
Docente de Educação Especial, Agrupamento de Escolas Coimbra Centro. Membro da Direção Distrital de Coimbra

Ângela Varela
Educadora de Infância, Escola Básica 1,2 de Soure - Biblioteca Escolar. Membro da Direção Distrital de Coimbra

Arménia Rodrigues
Professora do 2.º e 3.º Ciclo, Agrupamento de Escolas de Ansião. Membro da Direção Distrital de Coimbra

Carlos Diz
Professor do Ensino Secundário, Escola Secundária Avelar Brotero. Membro da Direção Distrital de Coimbra

Céu Monteiro
Educadora de Infância, Agrupamento de Escolas de Miranda do Corvo. Membro da Direção Distrital de Coimbra

Clara Correia
Professora da Educação Especial, Agrupamento de Escolas de Penacova. Membro da Direção Distrital de Coimbra

Clara Félix
Educadora de Infância, Escola Básica Integrada Infante D. Pedro, Penela. Membro da Direção Distrital de Coimbra

Cláudia Ascher
Leitora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Membro da Direção Distrital de Coimbra

Claúdia Geitoeira
Educadora de Infância, Agrupamento de Escolas Coimbra Centro. Membro da Direção Distrital de Coimbra

Conceição Romeiro
Professora do Ensino Secundário, Escola Secundária D. Duarte. Membro da Direção Distrital de Coimbra

Cristina Diniz
Professora do 2.º Ciclo do Ensino Básico, QZP - EBI Gualdim Pais – Pombal. Membro da Direção Distrital de Coimbra

Dulcínea Dias
Professora do 1.º Ciclo do Ensino Básico, Agrupamento de Escolas Eugénio de Castro. Membro da Direção Distrital de Coimbra

Eduarda Seco
Professora do 1.º Ciclo do Ensino Básico, Agrupamento de Escolas Coimbra Sul (EB1 Quinta das Flores). Membro da Direção Distrital de Coimbra

Fernanda Gutierres
Professora do 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico, Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho. Membro da Direção Distrital de Coimbra

Fernanda Rodrigues
Professora do 1.º CEB, Agrupamento de Escolas Martinho Árias – Soure. Membro da Direção Distrital de Coimbra

Filomena Jacob
Professora do 2.º Ciclo do Ensino Básico, Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho. Membro da Direção Distrital de Coimbra

Isabel Dias
Professora do 2.º CEB, Agrupamento de Escolas da Mealhada (Escola Básica n.º 2 da Pampilhosa). Membro da Direção Distrital de Coimbra

Isabel Hipólito
Educadora de Infância, Agrupamento de Escolas de Condeixa-a-Nova. Membro da Direção Distrital de Coimbra

Isabel Marcelino
Professora da Educação Especial, Agrupamento de Escolas Martim de Freitas – Coimbra. Membro da Direção Distrital de Coimbra

Isabel Neves
Educadora de Infância, Agrupamento de Escolas de Penacova (Jardim de Infância S. Mamede). Membro da Direção Distrital de Coimbra

João Marques
Professor do 2.º ciclo do ensino básico, Agrupamento de Escolas José Saramago – Palmela. Membro da Direção Distrital de Coimbra

João Miranda
Professor Auxiliar, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Membro da Direção Distrital de Coimbra

Lurdes Trindade
Professora do 1.º CEB, Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Poiares. Membro da Direção Distrital de Coimbra

Manuel Pires Rocha
Professor do Quadro da Escola Artística do Conservatório de Música de Coimbra. Membro da Direção Distrital de Coimbra

Manuela Santos
Professora do Ensino Secundário, Agrupamento de Escolas Martinho Árias – Soure. Membro da Direção Distrital de Coimbra

Maria João Marques
Professora do 2.º CEB, Agrup. de Escolas da Zona Urbana da Figueira da Foz (Escola Básica 2, 3 Dr. João de Barros). Membro da Direção Distrital de Coimbra

Miguel Cruz
Professor do 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico, Agrup. de Escolas Lima de Faria (Escola Básica Carlos de Oliveira). Membro da Direção Distrital de Coimbra

Nelson Delgado
Professor do 3.º ciclo do ensino básico, Agrupamento de Escolas da Marinha Grande – Poente. Membro da Direção Distrital de Coimbra

Olga Gaspar
Professora do 1.º CEB, Agrupamento de Escolas da Zona Urbana da Figueira da Foz (Escola Básica de Abadias). Membro da Direção Distrital de Coimbra

Ondina Paiva
Professora do 1.º ciclo do ensino básico, Agrupamento de Escolas Figueira-Mar (Escola Básica de Serrado, Buarcos). Membro da Direção Distrital de Coimbra

Patrícia Simões
Professora do 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico, Agrupamento de Escolas Coimbra Sul. Membro da Direção Distrital de Coimbra

Ricardo Brites
Professor Contratado do 2.º ciclo do ensino básico, Agrupamento de Escolas de Silves. Membro da Direção Distrital de Coimbra

Vitória Leite
Educadora de Infância, Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho (Jardim de Infância de Bunhosa). Membro da Direção Distrital de Coimbra

DIREÇÃO DISTRITAL DA GUARDA

Programa

Vivemos um tempo diferente consubstanciado numa ameaça pandémica que alterou a nossa realidade.

Este momento novo que nos colocou e coloca diariamente perante novos desafios e continua a afetar todos os quadrantes da sociedade e da condição humana deixou a descoberto falhas que a recorrente falta de investimento nas instituições públicas acentuou. A resposta imediata do setor da saúde e da educação revelou a fundamental importância e necessidade de reforçar as funções sociais do estado porque nunca como hoje, as desigualdades são tão visíveis e tão reais no nosso quotidiano.

Os professores e as escolas responderam à chamada ao ensino a distância, reinventando-se, adaptando-se a novas metodologias de ensino e acompanhando e apoiando os seus alunos, também eles vivendo uma nova realidade muitas vezes frágil do ponto de vista social e económico.

Neste contexto, as dificuldades vividas pelas escolas e pelos professores e a sua crescente complexidade colocaram à atividade sindical novos desafios que soubemos abraçar acompanhando a situação sanitária de cada escola, exigindo o cumprimento das regras ou a melhoria das condições de trabalho e de aprendizagem.

Assumindo-nos desde logo como o forte apoio dos professores, contribuímos sempre de forma dinâmica para o seu esclarecimento e para a reposição de direitos muitas vezes ameaçados. Continuaremos a ser veículo das suas propostas e mantemos o compromisso de manter a informação atualizada tornando-nos presentes nas várias formas possíveis tendo em conta a situação sanitária.

Torna-se, assim, premente reforçar a luta através de forte atividade centrada na resolução dos problemas dos professores e para tal apostámos ,também, na renovação dos dirigentes desta direção distrital.

No triénio que agora se inicia, afirmamos como nossos objectivos prioritários:

• A defesa da classe, no domínio das condições de trabalho e de estabilidade profissional de que se destacam a contagem do tempo de serviço, a aposentação, o agravamento do horário e das condições de trabalho e um regime de concursos justo

• A luta contra as medidas que têm continuamente tentado destruir a

escola pública, nomeadamente através da privatização e da tentativa de implementação da municipalização

• A luta contra o desemprego e a precarização da profissão docente

• Contrariar o ataque constante ao direito de todos a uma educação inclusiva e de qualidade.

Afirmamos um sindicalismo combativo através dos nossos dirigentes e delegados sindicais, próximo dos professores, inserido no movimento sindical unitário e em conjunto com escolas, associações de estudantes, associações de pais e autarquias, combatendo no plano local e participando em acções mais amplas de âmbito nacional em defesa de todos os trabalhadores e dos seus direitos.

Vamos acompanhar e reforçar a participação e sindicalização de professores do ensino pré-escolar, básico e secundário, do ensino superior, particular e cooperativo, contratados e aposentados do distrito. Propomos reforçar a oferta de formação aos associados, bem como os apoios e benefícios sociais.

O momento atual é, apesar de tudo, de ataque aos direitos socioprofissionais e laborais, salários, carreiras, pensões e serviços públicos. Justifica-se, portanto, continuar a ser a voz dos que ainda acreditam num futuro melhor e mais justo porque mais igualitário.

Aida Silva
Professora do 3º CEB/ Sec do QA de Manteigas, Membro da Direção Distrital da Guarda

Alberto Salvador
Professor do 1º CEB do QA de Escolas de Trancoso , Delegado Sindical

Ana Cristina Silva
Professora do 3º CEB/Sec do QA de Fornos de Algodres , Membro da Direção Distrital da Guarda

Ana Katea Castanho
Professora do 3º CEB do QA do Sabugal, Membro da Direção Distrital da Guarda

Ana Rosa Godinho
Professora do 3º CEB do QA Afonso de Albuquerque

Anabela Nunes
Educadora de Infância do QA de Seia, Membro da Direção Distrital da Guarda

Antónia Domingues
Educadora de Infância do QA de Moimenta da Beira, Membro da Direção Distrital da Guarda

António Lines
Professor da Educação Especial do QA de Manteigas, Membro da Direção Distrital da Guarda

António Júlio Pereira
Professor do 1º CEB do QA de Gouveia, Membro da Direção Distrital da Guarda

António Garcez
Professor do 2º CEB do QA de Manteigas ; Membro da Direção Distrital da Guarda

Carla Cruz
Professora do 2º CEB do QA de Figueira de Castelo Rodrigo, Membro da Direção Distrital da Guarda

Carlos Canhoto
Professor do Quadro do Conservatório de Música de S. José, Guarda , Membro da Direção Distrital da Guarda

Célia Pina
Professora do 3º CEB/ Sec. do QA de Seia, Membro da Direção Distrital da Guarda

Cristina Saraiva
Professora do 2º CEB do QA de Pinhel, Delegada Sindical

Gastão Antunes
Professor do 3º CEB/ Sec. do QA de Pinhel, Delegado Sindical

Helena Ventura
Professora do 2º CEB do QA Gouveia, Membro da Direção Distrital da Guarda

Henrique Silva
Professor de Educação Especial do QA de Figueira de Castelo Rodrigo, Membro da Direção Distrital da Guarda

Joaquim Morais
Professor Aposentado, Membro da Direção Distrital da Guarda

Jorge Gonçalves
Professor Assistente da Escola Superior de Educação e Desporto do Instituto Politécnico da Guarda, Membro da Direção Distrital da Guarda

José Monteiro
Professor de Educação Especial do QA Afonso de Albuquerque, Membro da Direção Distrital da Guarda

José Messias
Professor do 3º CEB/Sec do QA da Sé, Guarda, Membro da Direção Distrital da Guarda

Júlia Barros
Professora de Educação Especial do QA da Mêda, Membro da Direção Distrital da Guarda

Luís Carlos Alves
Professor do 3º CEB/Sec. do QA de Seia, Delegado Sindical

Luísa Madeira
Professora do 1º CEB da Escola Básica Abranches Ferrão

Lurdes Pinto
Professora do 2º CEB
do QA de Trancoso,
Delegada Sindical

Mafalda Ferreira
Professora do 3º CEB/
Sec. do QA de Figueira
de Castelo Rodrigo,
Delegada Sindical

Manuel Leitão
Professor Aposentado,
Membro da Direção Distrital
da Guarda

Manuel Barros
Professor do 3º CEB/
Sec. do QA de Almeida,
Membro da Direção Distrital
da Guarda

Margarida Veiga
Professora do 1º CEB
do QA Guilherme Correia
de Carvalho,
Membro da Direção Distrital
da Guarda

Maria Augusta Gonçalves
Professora do 3º CEB/
Sec.do QA da Sé, Guarda,
Delegada Sindical

Maria Ausenda Simão
Professora da Educação
Especial do QA da Sé,
Guarda,
Membro da Direção Distrital
da Guarda

Maria Céu Paiva
Professora do 1º CEB do
QA Afonso de Albuquerque,
Membro da Direção Distrital
da Guarda

Maria Filomena Rebelo
Educadora de Infância,
Gabinete da Educação da
Câmara Municipal da Guarda,
Membro da Direção Distrital
da Guarda

Maria de Jesus Pires
Professora do 2º e 3º
CEB do QA de Sabugal,
Membro da Direção Distrital
da Guarda

Maria Manuela Saraiva
Professora do 3º CEB/
Sec. do QA de Manteigas,
Membro da Direção Distrital
da Guarda

Maria Teresa Correia
Professora do 3º CEB/Sec.
do Agrupamento de Escolas
da Sé, Guarda,
Membro da Direção Distrital
da Guarda

Nélia Matos
Professora de Educação
Especial do QA de Sabugal,
Delegada Sindical

Paula Gaspar
Professora do 1º CEB
do QA de Gouveia,
Membro da Direção Distrital
da Guarda

Rui Martins
Professor do 3º CEB/Sec.
AQ de Celorico da Beira

Tânia Costa
Professora do 3º CEB/
Sec. na Escola Secundária
Fonseca Benevides, Lisboa,
Membro da Direcção Distrital
da Guarda

Vitor Almeida
Professor do 3º CEB/Sec.
do QA de Figueira de Castelo
Rodrigo,
Delegado Sindical

DIREÇÃO DISTRITAL DE LEIRIA

Programa

É compromisso da lista candidata à Direção Distrital de Leiria do Sindicato dos Professores da Região Centro, para o próximo mandato, 2021/2024, concretizar, de modo determinado e empenhado, as orientações programáticas definidas pela Lista A, candidata às eleições para os Corpos Gerentes, onde nos integramos, sob o lema "Prosseguir a luta por uma Educação de qualidade, uma Escola Pública inclusiva e uma Profissão com futuro".

Apesar das conquistas alcançadas, nos últimos três anos, resultantes da nossa persistência na luta – de que destacamos o descongelamento da contagem do tempo de serviço para progressão, a recuperação de dois anos nove meses e dezoito dias e a retoma das 35 horas semanais de trabalho – tudo faremos para reaver direitos laborais e sociais que foram retirados por governos anteriores e que, ainda, não foram repostos quer para os docentes, quer para os trabalhadores em geral, além de continuarmos a exigir mais e melhores direitos.

Assim, a nível distrital, prosseguiremos a luta pelo emprego com direitos, contra a precariedade; por melhores condições de trabalho; por horários de trabalho adequados; pela recuperação integral de todo o tempo de serviço prestado; por uma avaliação justa e sem vagas; por uma aposentação digna e um rejuvenescimento da profissão docente; por um Contrato Coletivo de Trabalho com direitos; pela gestão democrática das escolas; pela defesa da Escola Pública e contra a municipalização e qualquer tentativa de alteração da natureza pública dos estabelecimentos de educação e ensino, incluindo a do Instituto Politécnico de Leiria.

Comprometemo-nos, ainda, a tudo fazer para aumentar a sindicalização e reforçar a rede de delegados sindicais, fundamentais nas escolas, articulando o trabalho da direção com os professores e educadores de todos os setores.

Como candidatos à Direção Distrital de Leiria – mulheres e homens solidários que somos – assumimos convergir ativamente nas lutas no âmbito da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública e da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional / CGTP-IN, pela valorização do trabalho e dos trabalhadores e na defesa dos seus direitos e dos aposentados, dos serviços públicos garantes das funções sociais do Estado, por uma vida mais digna e mais justa para todos.

Alexandra Duarte
Professora do 3.º CEB e Secundário, Quadro do AE Marinha Grande Poente (EB 2,3 Guilherme Stephens), Membro da Direção Distrital de Leiria

Alexandra Figueira
Professora no Orfeão de Leiria, Membro da Direção Distrital de Leiria

Alice Marcelino
Professora do 1º CEB, Quadro do AE da Nazaré (EB Famalicão), Membro da Direção Distrital de Leiria

Ana Cristina Caseiro
Professora do 1.º CEB, Quadro do AE Domingos Sequeira - Leiria (EB Azoia), Membro da Direção Distrital de Leiria

Ana Cristina Severo
Professora do 3.º CEB e Secundário, Quadro do AE de Porto de Mós (ES Mira D'Aire), Membro da Direção Distrital de Leiria

Ana Isabel Mendes
Professora Associada, Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria - Instituto Politécnico de Leiria

Ana Ramalho
Professora do 2.º CEB, Quadro do AE de Marrazes – Leiria (EB n.º2 Marrazes), Delegada Sindical

Anabela Malva
Professora do 3.º CEB e Secundário, Quadro do AE Marinha Grande Nascente (EB 2,3 Prof. Alberto Nery Capucho), Membro da Direção Distrital de Leiria

António Mendonça
Professor do Professora do 2.º CEB, QZP, AE Dr. Correia Mateus – Leiria (EB2,3 Dr. Correia Mateus), Membro da Direção Distrital de Leiria

Armando Coelho
Educador de Infância, Quadro do AE Gualdim Pais – Pombal (CE Fonte Nova), Membro da Direção Distrital de Leiria

Carlos Clemente
Professor do 1.º CEB, Quadro do AE de Castanheira de Pêra, Membro da Direção Distrital de Leiria

Carlos Counhago
Professora do 3.º CEB e Secundário, Quadro do AE D. Dinis – Leiria (EB 2,3 D. Dinis), Membro da Direção Distrital de Leiria

Carmélia Almeida
Professora da Educação Especial, Quadro do AE da Batalha (EBS Batalha), Membro da Direção Distrital de Leiria

Célia Gaspar
Educadora de Infância, Quadro do AE Gualdim Pais – Pombal (JI Flandes), Membro da Direção Distrital de Leiria

César Moreira
Professor do 1.º CEB, Quadro do AE Rainha Sta. Isabel – Leiria (EB Souto da Carpalhosa), Membro da Direção Distrital de Leiria

Eunice Oliveira
Professora do 3.º CEB e Secundário, Quadro do AE Marinha Grande Poente (ES Eng.º Acácio Calazans Duarte), Membro da Direção Distrital de Leiria

Helena Braga Santos
Professora do 3.º CEB e Secundário, Quadro do AE Marinha Grande Poente (EB 2,3 Guilherme Stephens), Membro da Direção Distrital de Leiria

Juan Cunha
Professor do 3.º CEB e Secundário, Quadro do AE de Pombal (ES de Pombal), Membro da Direção Distrital de Leiria

Lara Maranhão
Professora Contratada do 3.º CEB e Secundário, AE Rafael Bordalo Pinheiro – Caldas da Rainha (EB Sta Catarina), Membro da Direção Distrital de Leiria

Margarida Pestana
Professora do 1.º CEB, Quadro do AE de Vieira de Leiria - Marinha Grande (EB António Vitorino), Membro da Direção Distrital de Leiria

Maria Augusta Santos
Professora da Educação Especial, Quadro do AE Marinha Grande Poente, Membro da Direção Distrital de Leiria

Maria Claudina Pires
Educadora de Infância, Quadro do Agrupamento de Escolas Henrique Sommer – Maceira (Leiria)

Maria Conceição Correia
Professora do 3.º CEB e Secundário, Quadro do AE Marinha Grande Poente (EB 2,3 Guilherme Stephens), Membro da Direção Distrital de Leiria

Maria Conceição Faustino
Professora da Educação Especial, Quadro da ES Afonso Lopes Vieira - Leiria, Membro da Direção Distrital de Leiria

Maria Emília Bento
Educadora de Infância, QZP, AE D. Dinis - Leiria (JI Barosa), Membro da Direção Distrital de Leiria

Maria de Fátima Pessa
Professora do 2.º CEB, Quadro do AE de Pombal (EB Marquês de Pombal), Membro da Direção Distrital de Leiria

Maria Helena Sintra
Educadora de Infância, Quadro do AE de Colmeias – Leiria (JI Bidoeira de Cima), Membro da Direção Distrital de Leiria

Maria Joaquina Terras
Professora do 3.º CEB e Secundário, Quadro da ES Afonso Lopes Vieira - Leiria, Membro da Direção Distrital de Leiria

Maria Margarida Nogueira
Educadora de Infância, Quadro do AE Dr. Correia Mateus – Leiria (JI Andrinos), Membro da Direção Distrital de Leiria

Maria Odete Ferreira
Professora do 3.º CEB e Secundário, Quadro da ES Francisco Rodrigues Lobo - Leiria, Membro da Direção Distrital de Leiria

Natália Pereira
Professora Contratada do 3.º CEB e Secundário, AE Ginestal Machado - Santarém, Membro da Direção Distrital de Leiria

Nídia Valente
Professora do 2.º CEB, Quadro do AE de Ansião (EB n.º2 de Avelar), Membro da Direção Distrital de Leiria

Nuno Reis
Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria - Instituto Politécnico de Leiria

Nuno Violante
Professor Contratado do 3.º CEB e Secundário, Agrupamento de Escolas de Benavente

Olga Gonçalves
Professora do 2.º CEB, Quadro do AE Marinha Grande Nascente (EB 2,3 Prof. Alberto Nery Capucho), Membro da Direção Distrital de Leiria

Paulo Tojeira
Professor do 3.º CEB e Secundário, Quadro do AE Marinha Grande Poente (ES Eng.º Acácio Calazans Duarte), Delegado Sindical

Ricardo Paulo
Professor da Educação Especial, Quadro do AE Josefa de Óbidos, Membro da Direção Distrital de Leiria

Sílvia Gaspar
Professora do 1.º CEB, QZP, AE Marinha Grande Poente (EB Prof. Francisco Veríssimo), Membro da Direção Distrital de Leiria

Sofia Maranhão
Educadora de Infância Contratada, AE de Ferreira do Zêzere

Teresa Luz
Professora do 2.º CEB, Quadro do AE Cister – Alcobaça (EB D. Pedro I), Membro da Direção Distrital de Leiria

DIREÇÃO DISTRITAL DE VISEU

Programa

A lista que apresentamos concretiza uma sustentada renovação dos quadros sindicais (22% dos membros desta lista não são atualmente dirigentes do SPRC).

Assumimos como nossos, os princípios programáticos e objetivos apontados no programa da candidatura que, sob a mesma sigla, se apresenta para a Direção Regional, MAG e CFRC.

Apostamos num sindicalismo combativo e de classe que alia a participação criativa dos professores na vida sindical à capacidade de decisão das estruturas de direção, a reflexão e o debate à intervenção quotidiana, no sentido da resolução dos problemas dos docentes e da educação, o diálogo com os diversos parceiros e a negociação à ação reivindicativa e à luta.

Acreditamos que os resultados dos processos negociais serão sempre melhores se os professores e os educadores os acompanharem pela informação, pelo debate e pela luta.

É essa postura combativa que faz do SPRC uma estrutura respeitada em todo o distrito e em setores sociais sem ligação direta à educação.

Hoje, no distrito de Viseu, o SPRC conta com 187 delegados sindicais dos diversos setores de educação e ensino. Este indicador dá bem conta da dimensão do SPRC enquanto organização estruturada em todo o distrito de Viseu. Há, no entanto, muito a fazer neste domínio da organização sindical, por forma a que seja possível intervir melhor e mobilizar de forma mais eficaz os professores e educadores para defender os seus direitos e interesses profissionais e a Escola Pública.

As preocupações com a organização sindical só fazem sentido enquanto meio para melhorar a intervenção sindical. Importa por isso valorizar o papel dos Delegados Sindicais com um especial acompanhamento e formação e a crescente atribuição de responsabilidades. Assim, é fundamental continuar a realizar com regularidade assembleias de delegados sindicais, assumindo-as como forma de aprofundar a democracia sindical e primeiro instrumento de formação de quadros sindicais.

A pandemia que vivemos não nos faz esquecer reivindicações dos professores e educadores que exigem negociação e resolução célere: i) contar todo o tempo de serviço, resolver os problemas de ultrapassagens na carreira, acabar com as quotas no 4º e 6º escalões; ii) reduzir o tempo de serviço necessário para a aposentação; iii) repor democracia na direção e gestão das escolas e agrupamentos, avançar com a construção da autonomia das escolas e abandonar os processos de municipalização da educação; iv) concretizar horários de trabalho adequados ao exercício da profissão docente; v) assegurar estabilidade profissional aos docentes de todos os setores de educação e ensino.

O SPRC deve continuar a dar particular importância à sua intervenção e contributo na União dos Sindicatos de Viseu/CGTP-IN, sabendo que os mais graves problemas, que afetam os professores e educadores e a Escola Pública, são os mesmos que afetam o conjunto dos trabalhadores portugueses.

O SPRC, no distrito de Viseu, terá que dar uma maior atenção ao trabalho sindical junto dos docentes contratados, dos docentes e investigadores do ensino superior e dos colegas aposentados não esquecendo os docentes dos quadros, obviamente, e sem descurar a qualidade do apoio aos nossos sindicalizados.

Participaremos nos movimentos sociais que tenham como objetivo defender as funções sociais do estado e os serviços públicos, nomeadamente nas áreas da saúde, educação e segurança social.

Em síntese, afirmamos que estaremos sempre do lado da unidade dos professores, por uma escola pública, democrática e de qualidade para todos, por uma profissão valorizada, por uma sociedade justa, democrática e desenvolvida. Acreditamos que a ação organizada é condição para a persistência da luta, exatamente, por contraponto aos epifenómenos sociais, em regra, nascidos nas redes sociais e que, com o passar do tempo, se desvaneceram. Connosco, a luta persistente e sem desfalecimentos continuará a encontrar expressão no movimento sindical unitário que o SPRC integra.

Adelino Lopes Soares
Professor do QA, 2ºCEB, Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga, membro da Direção Distrital de Viseu

Ana Cristina Almeida
Professora do QA, 2ºCEB, Agrupamento de Escolas Grão Vasco - Viseu, membro da Direção Distrital de Viseu

Ana Lúcia Soeiro
Professora do QA, 3ºCEB/Sec., Agrupamento de Escolas de Mangualde, membro da Direção Distrital de Viseu

Ana Maria Soares Pinto
Professora do QZP, Educação Especial, Agrupamento de Escolas Cândido Figueiredo - Tondela, membro da Direção Distrital de Viseu

Ana Paula Cachado
Educadora do QA, Pré-Escolar, Agrupamento de Escolas de Santa Comba Dão, membro da Direção Distrital de Viseu

Ana Maria Veiga
Professora do QA, 1º CEB, Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim, membro da Direção Distrital de Viseu

Ângela Bártolo
Educadora do QA, Educação Especial, Agrupamento de Escolas de Sátão, membro da Direção Distrital de Viseu

António Carujo Matos
Professor contratado, 2º CEB, Agrupamento de Escolas de Cabeceiras de Basto

Armanda Costa
Professora do QZP, 2ºCEB, Agrupamento de Escolas do Viso - Viseu, membro da Direção Distrital de Viseu

Carla Rodrigues
Professora Contratada, Educação Especial, Agrupamento de Escolas Braamcamp Freire - Odivelas, membro da Direção Distrital de Viseu

Carlos Alberto Costa
Professor do QA, 1º CEB, Agrupamento de Escolas de Tabuaço, membro da Direção Distrital de Viseu

Celestina Pinto
Educadora do QA, Pré-Escolar, Agrupamento de Escolas de Tabuaço, membro da Direção Distrital de Viseu

Clarinda Nunes Teixeira
Professora do QA, 1º CEB, Agrupamento de Escolas Grão Vasco, Delegada Sindical

Fernando Miguel Santos
Professor Adjunto da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego – IPV, Delegado Sindical

Graça Carvalho
Professora do QA, 1º CEB, Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique, membro da Direção Distrital de Viseu

Isabel Pinela
Educadora do QA, Pré-Escolar, Agrupamento de Escolas Latino Coelho - Lamego, membro da Direção Distrital de Viseu

João Cordeiro
Professor do QA, 3ºCEB/Sec., Agrupamento de Escolas de Tarouca, membro da Direção Distrital de Viseu

João Pedro Melo
Professor do QA, 1º CEB, Agrupamento de Escolas Latino Coelho - Lamego, membro da Direção Distrital de Viseu

Jorge Reis
Professor do QA, 3ºCEB/Sec., Agrupamento de Escolas da Sé – Lamego, membro da Direção Distrital de Viseu

José Carlos Moreira
Professor do QA, 1º CEB, Agrupamento de Escolas Latino Coelho – Lamego, Delegado Sindical

José Júlio Ferreira
Professor do QZP, 1º CEB, Agrupamento de Escolas de Cinfães, Delegado Sindical

José Manuel Machado
Professor QA, 3º CEB/Sec, Agrupamento de Escola Viseu Norte, Delegado Sindical.

Leonilda Luz Martins
Professora QA, 2º CEB, Agrupamento de Escolas do Viso – Viseu, Delegada Sindical

Manuel Santos Dias
Professor do QA, 3ºCEB/Sec., Agrupamento de Escolas de Armamar, membro da Direção Distrital de Viseu

Manuela Antunes
Professora do QE, 2ºCEB, Agrupamento de Escolas Viseu Norte, membro da Direção Distrital de Viseu

Maria da Graça Nunes
Educadora do QA, Pré-Escolar, Agrupamento de Escolas de Sátão, membro da Direção Distrital de Viseu

Maria Graça Silva
Educadora do QA, Pré-Escolar, Agrup. de Escolas de Mundão – Viseu, membro da Direção Regional e da Direção da União dos Sindicatos de Viseu/CGTP

Maria de Fátima Bento
Educadora do QA, Pré-Escolar, Agrupamento de Escolas Viseu Norte, membro da Direção Distrital de Viseu

Maria de Fátima Ferreira
Professora do QA, 1º CEB, Agrupamento de Escolas da Sé - Lamego, membro da Direção Distrital de Viseu

Maria Fernanda Alexandre
Educadora do QA, Pré-Escolar, Agrupamento de Escolas do Viso - Viseu, membro da Direção Distrital de Viseu

Maria Helena Figueiredo
Professora do QA, 2ºCEB, Escola Básica e Secundária de Oliveira de Frades, membro da Direção Distrital de Viseu

Maria Leonor Porfírio
Professora do QA, 1º CEB, Agrupamento de Escolas Cândido de Figueiredo – Tondela, membro da Direção Distrital de Viseu

Maria Margarida Quintal
Educadora do QA, Educação Especial, Agrupamento de Escolas de Sátão, membro da Direção Distrital de Viseu

Martim Gouveia e Sousa
Professor do QE, 3ºCEB/ Sec., Escola Secundária Alves Martins – Viseu, membro da Direção Distrital de Viseu

Paulo Teixeira
Professor do QA, 2º CEB, Agrupamento de Escolas de Penedono, Delegado Sindical

Pompeu Ventura Sorillha
Professor do QE, 2ºCEB, Agrupamento de Escolas de Moimenta da Beira, membro da Direção Distrital de Viseu

Rui Lopes Cruz
Educador do QA, Pré-Escolar, Agrupamento de Escolas de Castro Daire, membro da Direção Distrital de Viseu

Sara Bogarim
Professora do QA, 2º CEB, Agrupamento de Escolas de Nelas, Delegada Sindical

Saúl Balceiro Ferreira
Professor do QE, 3ºCEB/ Sec., Agrupamento de Escolas de Castro Daire, membro da Direção Distrital de Viseu

Sónia Homem
Educadora do QA, Pré-Escolar, Agrupamento de Escolas Viseu Norte, membro da Direção Distrital de Viseu

Teresa Maria Quintela
Educadora do QE, Pré-Escolar, Agrupamento de Escolas de Tarouca, membro da Direção Distrital de Viseu

O que é essencial numa organização sindical? O que é o SPRC e a FENPROF?

• São organizações, nos planos regional e nacional, que representam os professores.

• São organizações em que os professores podem confiar.

• Mesmo quando houve dúvidas quanto aos resultados dos processos negociais sobre carreira, horários de trabalho e estrutura remuneratória, provou-se a sua razão e a má-fé de governos que não respeitaram os acordos que firmaram.

• São quem luta pela melhoria das condições de trabalho e de exercício da profissão nos jardins de infância, nas escolas, nas instituições de ensino superior.

• São quem garante regimes contratuais mais favoráveis para os professores e educadores, quer do público, quer do privado.

• Prestam, reconhecidamente, o melhor apoio jurídico aos trabalhadores que representam.

• Têm informação sindical e profissional especializada.

• Mantêm uma ligação muito estreita aos locais de trabalho com uma vasta rede de dirigentes e delegados sindicais.

• Foram pioneiros na formação contínua e lutaram para que esta se transformasse num direito e não apenas num dever, oferecendo hoje um vasto leque de opções de formação quer no pkano regional, quer no nacional.

• No plano geral da acção de todos os trabalhadores, o SPRC e a FENPROF são membros da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública e o SPRC é filiado na CGTP-IN, as maiores organizações sindicais globais do país e das mais prestigiadas internacionalmente.

• Através da FENPROF, é membro fundador da Internacional de Educação, a maior organização mundial de trabalhadores da Educação.

Vale a pena ser sindicalizado no SPRC!

Porque é uma força que conta, resistente, solidária, interventiva e que está sempre ao lado dos professores, educadores e investigadores. Nos últimos dois anos letivos, onde andaram outros que se arrogam de serem defensores da classe? O SPRC/ FENPROF trabalha para uma intervenção organizada. Torna públicos todos os seus atos, assume-os e não esconde o que faz. Contribui para a unidade e, nela, ganha mais força.
Tu sabes que só com **A força de estarmos unidos** conseguiremos transformar, fazer futuro.

Traz mais um sócio.
Reforça o SPRC!
Dá força à nossa luta.

Grupo parlamentar do PS votou sempre contra projetos apresentados para combater a precariedade

O que move o governo e o PS contra os professores

Num tempo que o governo considera ser o da transição para a escola digital, é a professores cada vez mais velhos que se exige capacitação para explorar sistemas interativos, competências para recorrer a conceitos de simulação e gamificação, entre outros, e disponibilidade para garantir que todos os alunos estarão conectados através de tecnologia de ponta. Pretende-se que sejam eles a criar ambientes inovadores para que se avance na integração de robótica, na iniciação à programação ou na realidade virtual como novos métodos de ensino. É verdade que estes professores venceram no passado muitos desafios de futuro. Lembremos que falamos da geração que viveu avanços como passar da carta ao fax, do papel químico à fotocopiadora ou da máquina de escrever ao computador. É uma geração com muitas e boas provas dadas, mas não se exija que seja ela, agora, o esteio da transição digital; é preciso dar lugar às gerações jovens.

A não resolução de problemas que há muito se arrastam e para os quais, só na atual legislatura, a FENPROF entregou propostas concretas ao ME em quatro momentos resulta, antes de mais, de falta de vontade política do governo e falta de respeito pelos professores.

Ainda na passada quinta-feira, perante diversos projetos de lei e de resolução em debate e votação no Parlamento, sobre concursos, estabilidade e combate à precariedade do pessoal docente, os deputados do PS votaram contra todos.

É caso para perguntar o que tem ou o que move o governo e o PS contra os professores. É claro que há falta de vontade política, a que se junta um pensamento economicista. Mas há desrespeito e embirração, a ponto de haver questões que, quase não tendo impacto financeiro, continuam por resolver, como são exemplo a não contagem do tempo de serviço prestado pelos educadores de infância em creches ou a não criação dos grupos de recrutamento de Intervenção Precoce ou Teatro. Quanto à vinculação dos docentes das escolas artísticas António Arroio e Soares dos Reis saíram as contas erradas ao Ministério da Educação porque ainda há uma semana recusou as propostas apresentadas pela FENPROF e agora a Assembleia da República aprovou os dois projetos de lei que preveem essa vinculação. Este é mais um exemplo de que lutar vale sempre a pena.

(…) necessidade de o Ministério da Educação abandonar a atitude anti negocial que, há muito, adotou, sendo hoje a principal causa de arrastamento e agravamento de problemas que afetam os professores, as escolas e os alunos. E se a procura de soluções por via negocial é exigência de sempre, é com legitimidade acrescida que ela se reitera neste fim de semana em que assinalamos mais um aniversário do 25 de Abril. Os sindicatos e a negociação coletiva são elementos essenciais da democracia, pelo que fraca será a qualidade de uma democracia em que os detentores do poder desvalorizam a negociação e as organizações sindicais, como tem sido prática, em particular do Ministério da Educação.**"** *(intervenção do **Secretário-Geral da FENPROF** na Ação Nacional de Luta de 24 de abril)* ●

Destruição da carreira docente

Tudo é injusto, absurdo e tem de ser alterado

"Com tantos e tão diversos bloqueios, quase podíamos afirmar que os professores portugueses não têm uma carreira única - única é a carreira de cada um...

Segundo o Estatuto da Carreira Docente, um professor que tenha iniciado funções aos 25 anos de idade, aposenta-se com 42 anos de serviço, estando, desde o 35º ano de carreira, no 10º escalão. A cada passo fazem-se grandes parangonas sobre os vencimentos e "privilégios" dos docentes, justamente a partir desses dados. Porém, como bem sabemos, a realidade é bem diferente da leitura linear da letra da lei.

Somemos o tempo perdido em cada bloqueio para vermos como fica a tal carreira de vencimentos e "privilégios" sem par:

Comecemos pelos "6 anos, 6 meses e 23 dias roubados". O topo da carreira, afinal, não chega ao fim de 34 anos de serviço, mas sim de 40 anos, 6 meses e 23 dias, ou seja, a pouco mais de um ano da aposentação.

Se a isso somarmos as ultrapassagens por força da transição de carreira em 2009, a chegada ao topo da carreira já só ocorre aos 44 anos, 6 meses e 23 dias de serviço. Portanto, ou o professor se aposenta aos setenta anos de idade ou vai para a aposentação no 9º escalão.

Como diz uma pancarta, "Com tanta ultrapassagem, a carreira é uma miragem". É inadmissível, ilegal e inconstitucional que docentes com mais tempo de serviço permaneçam em escalões abaixo de outros com menor antiguidade.

Mas ainda não é tudo, porque, como diz outra pancarta, "Nas vagas da progressão uns cabem outros não". (...) há ainda que somar um ano de espera para aceder ao 5º escalão e também um, dois ou mesmo mais anos ao 7º, ou seja, o topo da carreira só virá ao fim de 46, 47 ou mesmo 48 anos, seis meses e 23 dias, sendo o 8º escalão o topo da carreira para esse professor.

E se as vagas de acesso aos 5º e 7º escalões se tornarem manifestamente insuficientes, aumentará significativamente a lista de espera e o topo da carreira ficará cada vez mais longe, não passando, para muitos, do 7º escalão.

A tudo isto ainda acresce um regime de avaliação de desempenho que, devido às quotas, impede a atribuição das menções devidas.

Tudo isto é injusto e absurdo e tem de ser alterado!" *(da intervenção da Presidente do Conselho Nacional da FENPROF na Ação Nacional de Luta, em 24 de abril)* •

Lutar por melhores condições de exercício da profissão docente. Exigir a regularização dos horários de trabalho.

Eliminar abusos e ilegalidades

No passado dia 5 de outubro, no Dia Mundial dos Professores, o diretor-geral da OIT, referindo-se ao papel fundamental que os professores e educadores têm desempenhado na resposta e na recuperação da pandemia, veio reconhecer o seu papel para garantir que uma geração inteira de estudantes possa atingir o seu potencial e a importância da educação para estimular o crescimento económico e a coesão social durante e após a COVID-19.

Chamou ainda a atenção para a importância do trabalho digno para este grupo profissional e para a grande responsabilidade que os governos e os parceiros sociais têm para com aqueles profissionais.

É, pois, mais que legítimo que exijam ser respeitados e valorizados e que pugnem por melhores condições de trabalho nas escolas. No entanto, o importante papel dos professores não tem sido reconhecido pelo poder político no nosso país, antes pelo contrário!

(...) num documento produzido pelo Conselho Nacional de Educação intitulado **"**A condição docente e as políticas educativas**"**, este Conselho recomendava o seguinte:

1. **"**Recentrar a missão e a função docente no processo de ensino/aprendizagem.

2. Assegurar como parte integrante do trabalho do professor uma componente destinada ao uso e desenvolvimento (...) de processos de ensino e de aprendizagem de alta qualidade e de metodologias de investigação que proporcionem uma permanente atualização.

3. Diminuir as tarefas burocráticas que ocupam tempos necessários para assumir em pleno as funções docentes.

4. Reconsiderar as reduções de serviço por antiguidade e o modo como as horas de redução são preenchidas (...)".

E foi com base nestas recomendações e no conhecimento do que se passa nas escolas que a FENPROF apresentou ao Ministério da Educação, já por quatro vezes, uma proposta negocial fundamentada:

• A eliminação dos abusos e ilegalidades nos horários de trabalho dos docentes, respeitando a sua duração de 35 horas;

• A distinção clara e objetiva entre o que é considerado atividade letiva e atividade não letiva;

• A melhoria das condições gerais de trabalho, com a inclusão na componente não letiva individual as horas de redução previstas no artigo 79.º do ECD;

• A negociação de normas de organização do ano letivo que não pervertam o disposto no Estatuto da Carreira Docente;

• A redução do número de alunos por turma e a fixação de um número máximo de turmas e níveis a atribuir a cada docente;

• A redução substancial das tarefas burocráticas;

• A dotação das escolas/agrupamentos de escolas de equipas multidisciplinares que integrem psicólogos, assistentes sociais, terapeutas, assistentes operacionais, bem como outros profissionais necessários no processo de inclusão;

• A colocação de assistentes operacionais em número suficiente para garantir o funcionamento regular dos estabelecimentos de educação e ensino e o provimento de condições materiais adequadas.

(da intervenção de Anabela Sotaia, da coordenação do SPRC, na Ação Nacional de Luta de 24 de abril)

Precariedade na profissão docente

Emprego de jovens é solução para a renovação geracional no ensino

"Também aqui hoje denunciamos que, afinal, o governo português continua a não cumprir e a desrespeitar as normas comunitárias que aprova.

E esta tem sido a matriz das políticas educativas que este governo teima em manter. Uma política assente em desinvestimento na educação, do qual destacamos, a manutenção de um exército de docentes com baixos salários e vínculos precários em todos os níveis de ensino.

Combater a precariedade é prioritário. Os Orçamentos de Estado têm que traduzir e incorporar este investimento.

O número de anos de serviço necessários para se conseguir um vínculo considerado estável, está a aumentar, os números provam-no, pois crescem de ano para ano.

Se em 2018, um docente precisava em média de ter 13,5 anos de serviço para vincular, em 2019, esse número passou para 15 anos e, em 2020, já era de 16 anos.

São números que mostram claramente uma opção política desavergonhadamente assumida. A de manter uma mão de obra altamente qualificada, mas mal remunerada, a suprir necessidades permanentes do sistema.

A uma necessidade permanente tem sempre de corresponder um vínculo laboral efetivo.

A revisão do regime legal de concursos é, para a FENPROF, fundamental para cumprir o princípio constitucional da segurança no emprego.

Temos propostas e já as apresentamos ao Ministério da Educação.

• O reforço da dotação de quadros das escolas, que terá que corresponder às reais necessidades destas.

• A eliminação do abuso do recurso à contratação a termo. O que implica que rever a norma travão.

• Reafirmar e reforçar o cariz nacional dos concursos interno e externo e da graduação profissional.

• A redução da área geográfica dos QZP.

• O acesso à totalidade das vagas dos QA e de Escola e dos QZP, abertas a concurso para todos os candidatos aos concursos interno e externo.

• Destacar a situação dos professores de Técnicas Especiais do Ensino Artístico das escolas António Arroio e Soares dos Reis, a quem este governo tem continuado a desrespeitar recusando-se a solucionar o grave problema de precariedade que os afeta. Mas que, por pressão da luta que desenvolveram, levou à aprovação, na Assembleia da República, da abertura de concurso para a vinculação extraordinária destes professores." *(da intervenção de José Feliciano Costa, Presidente do SPGL, na Ação Nacional de Luta de 24 de abril)*

Por uma aposentação digna, contra o envelhecimento da profissão

"A defesa de um regime excecional de aposentação justo e adequado às especificidades da profissão docente, é uma exigência que todos nós, em conjunto com a FENPROF e os seus sindicatos não abrirão mão.

Por mais que o governo procure ignorar esta legítima reivindicação dos docentes portugueses, será necessária e determinante a luta dos professores e educadores para precipitar as necessárias mudanças legislativas.

Ao longo da anterior legislatura, a FENPROF apresentou ao governo, por várias vezes, propostas com vista a encontrar um regime específico de aposentação. Na atual, já solicitou ao governo, por diversas vezes, a abertura de processo negocial.

A proposta aborda quatro aspetos fundamentais:

1. A aprovação de um regime específico de aposentação dos decentes.

Reivindicamos a aprovação de um regime específico de aposentação aos 36 anos de serviço, admitindo-se um faseamento até à sua completa aplicação.

2. A aposentação voluntária, sem penalização por idade, dos docentes com 40 anos de serviço.

3. A aplicação do regime de pré-reforma aos docentes.

Reclamamos a aplicação do regime de pré-reforma, com a fixação de normas específicas de aplicação universal aos docentes.

4. A consideração do tempo de serviço não contabilizado para carreira para efeito de despenalização da aposentação antecipada.

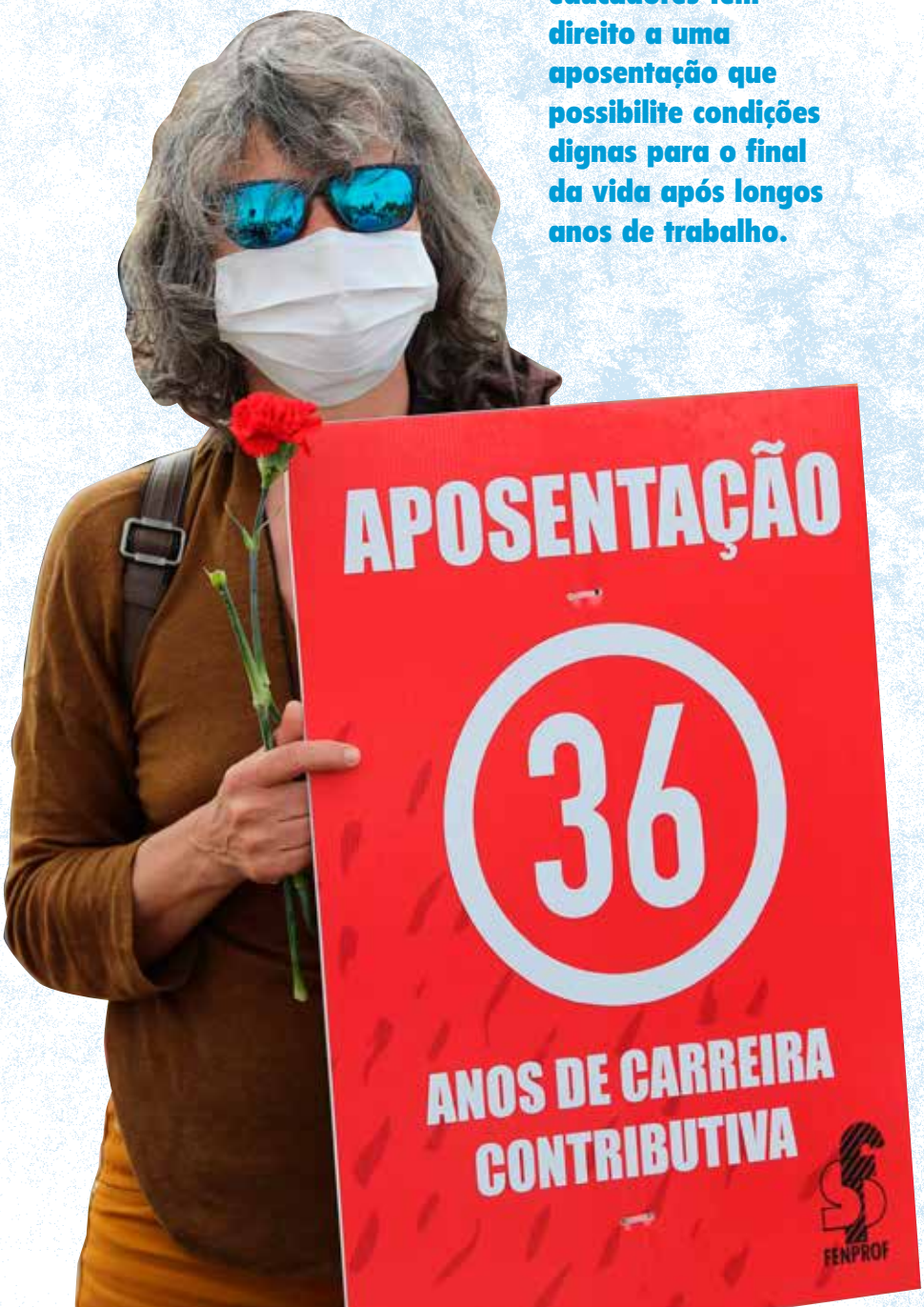
Tendo em conta que mais de 85% dos docentes portugueses têm acima de 40 anos de idade; 50% já passaram os 50 anos; mais de 12% estão além dos 60 anos; e os docentes que têm até 30 anos de idade não chegam a 0,3%, o Governo cria obstáculos para os mais velhos se aposentarem e impede os mais novos de ingressarem na carreira.

Os professores e educadores têm direito a uma aposentação que possibilite condições dignas para o final da vida após longos anos de trabalho.

O Ministro da Educação recusa a resolução dos problemas que afetam milhares de profissionais, assumindo uma clara atitude bloqueadora e antinegocial.!

(da intervenção de Manuel Nobre, Presidente do SPZS, na Ação Nacional de Luta de 24 de abril)

Os professores e educadores têm direito a uma aposentação que possibilite condições dignas para o final da vida após longos anos de trabalho.

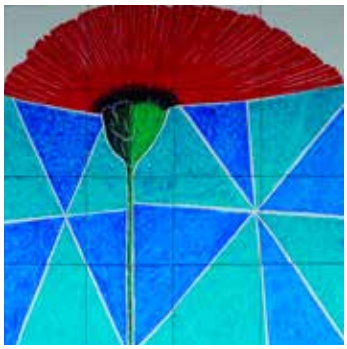


Por Abril, Sempre!

Agrupamento de Escolas
de Eixo, Aveiro

Agrupamento de Escolas
de Moimenta da Beira

Agrupamento de Escolas
de Penacova

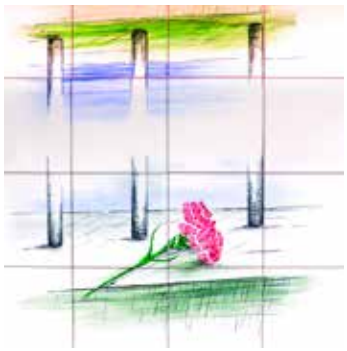


Escola Secundária
do Fundão

Agrupamento de Escolas
do Sabugal

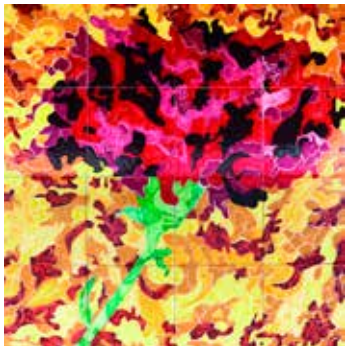
Agrupamento de Escolas
Viseu Norte

EB Dr. João de Barros,
Figueira da Foz



Escola Secundária Avelar
Brotero, Coimbra

Escola Secundária Calazans
Duarte, Marinha Grande



Escola Secundária Domingos
Sequeira, Leiria

Escola Secundária Mário
Sacramento, Aveiro